



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2630/15	DATA: 03/12/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 09h52min	TÉRMINO: 12h31min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ex-Gerente Executivo da Diretoria de Serviços da PETROBRAS.

SUMÁRIO

Oitiva de testemunha.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bom dia a todos.

Em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 1º de dezembro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está dispensada a leitura, a pedido do Deputado André Fufuca.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Sras. e Srs. Parlamentares, como já é de conhecimento de V.Exas., ontem foi aprovado pelo Plenário da Câmara o requerimento de prorrogação dos trabalhos desta Comissão por apenas por 15 dias. Informo o fato aos Deputados que assinaram esse requerimento: o Líder do Governo, Deputado José Guimarães; o Líder do PT, Deputado Sibá Machado; o Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa; o Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso; o Líder do PDT, Deputado Afonso Motta; o Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes; e o Líder do PP, Deputado Eduardo da Fonte.

É claro que nós vamos ter que, num primeiro momento, nos adequar e nos moldar a esses 15 dias. Mas é minha intenção, assim que terminarmos a oitiva de hoje, procurar o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, para tentarmos junto a S.Exa. uma prorrogação maior.



Eu acho que há um disparate muito claro na prorrogação dos prazos das outras CPIs, como a CPI dos Fundos de Pensão, por exemplo, que foi prorrogada por mais 60 dias e a CPI de Crimes Cibernéticos, também por mais 60 dias. E nós estamos aqui lidando com uma CPI eminentemente técnica e que, a meu ver e aos olhos de outros Parlamentares, necessitaria de um tempo maior. Mas nós vamos procurar, como procuramos desde o início, o entendimento, contando sempre com a anuência de V.Exas.

Há neste primeiro momento, diante da prorrogação de apenas 15 dias, uma agenda que eu gostaria de dividir preliminarmente com V.Exas. No próximo dia 8, terça-feira, diante deste quadro de prorrogação de apenas 15 dias, haveria a apresentação dos relatórios setoriais, dos sub-relatórios. Cada Sub-Relator terá, nessa reunião, 20 minutos para que possa apresentar o seu sub-relatório.

Havendo pedido de vista, vai ficar suspensa a discussão por duas sessões, que seriam na quarta-feira e na quinta-feira subsequentes. Retomaríamos, então, no dia 15, terça-feira, para a discussão do relatório final. Durante a discussão, podem ser recebidos destaques supressivos.

Então, esse é um calendário preliminar que nós estamos apresentando, no qual a votação do relatório final ficaria para o dia 17, quinta-feira, com o nosso Relator, Deputado José Rocha.

É claro que nós estamos aqui definindo uma pré-agenda. Tomara que nós possamos contar com a sensibilidade dos Líderes partidários, porque se incumbiu a eles o prazo de prorrogação desta CPI. Mas, se não houver um ato sensível por parte dos Líderes, nós haveremos de nos moldar nesses 15 dias.

Iniciaremos agora a audiência pública para oitiva do Sr. Pedro Barusco, em atendimento ao Requerimento nº 90, de 2015, do Sr. Deputado Betinho Gomes. O depoente falará na qualidade de testemunha.

Informo a V.Exas. que há sobre a mesa um documento enviado a mim por S.Exa., o Ministro Marco Aurélio:

“Comunico a V.Exa. que, nos termos do ato, cuja cópia segue via fac-símile, deferi a liminar pleiteada, assegurando a Pedro José Barusco Filho o direito de não subscrever o termo de compromisso, de manter-se em



silêncio e de ser assistido por profissional da Advocacia.

Atenciosamente,

Ministro Marco Aurélio”.

Eu já conversei com o Sr. Pedro Barusco e conversei com o Sr. Armando, que é o advogado, e já mostrei a eles o nível dos embates que há aqui, graças ao posicionamento sempre muito respeitoso de V.Exas. E nós haveremos de prosseguir com a oitiva.

O Sr. Pedro Barusco vai fazer agora a sua explanação inicial, por 5 minutos, e vai responder àquilo que está diretamente relacionado ao foco, ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que são os questionamentos que envolvem o Banco.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Pedro Barusco, por 5 minutos, para que S.Sa. possa fazer a sua explanação inicial.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom dia a todos. Como já é sabido, eu já estou, mais ou menos, nesse processo da PETROBRAS há mais de ano. Então, nesse período, eu já participei da CPI da PETROBRAS, participei da CPI dos Fundos de Pensão e também já prestei não sei quantos depoimentos à Polícia Federal, ao Ministério Público e à CGU. E tenho atendido a todos os pedidos que foram solicitados de colaboração. E eu estou aqui. Vou responder a todas as perguntas que forem colocadas sem problema nenhum. Só que, na realidade, eu fiquei até curioso quando eu recebi o requerimento, porque eu nunca trabalhei, em toda a minha carreira profissional, eu nunca trabalhei na área financeira. Eu não tive, no meu histórico, nenhum relacionamento com o BNDES, nenhum contrato, nem uma simples discussão ou uma reunião, vamos dizer assim, com o BNDES sobre questões financeiras. Mas, de toda forma, eu pretendo atender os questionamentos desta CPI, na medida em que foi uma coisa nova, vamos dizer assim. Eu já dei tanto depoimento que, quando eu vou às sessões, aos novos depoimentos, eu praticamente já falei tudo. Mas, de qualquer forma, eu estou aqui para atender aos questionamentos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Eu queria justificar a ausência do Relator, o Deputado José Rocha, que, por problema grave de saúde na família, teve que viajar às pressas.



Mas nós estamos aqui com o Sub-Relator, o Deputado André Fufuca, a quem eu vou passar a palavra para fazer os seus questionamentos iniciais.

Com a palavra o Sub-Relator Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Bom dia a todos; ao Sr. Presidente; ao 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; ao depoente, Sr. Pedro Barusco; às Sras. e aos Srs. Deputados.

A Sete Brasil é uma sociedade criada em dezembro de 2010 para viabilizar a construção, por estaleiros nacionais, de sondas destinadas a explorar o pré-sal brasileiro. Entre os seus sócios figuravam a PETROBRAS e fundos de pensão, entre outros.

A Sete Brasil firmou contratos com estaleiros. E esses acordos previam a antecipação de recursos financeiros em relação à execução das obras físicas. Esses estaleiros tinham entre os seus sócios empreiteiras envolvidas, como todo mundo sabe, na Operação Lava-Jato.

O BNDES havia aprovado a concessão de créditos no montante de 10 bilhões para a Sete Brasil. Pelo que se tem notícia, esses recursos não chegaram a ser desembolsados pelo banco estatal. Daquele valor, 1,2 bilhão seriam investidos por meio de aquisição de debêntures da companhia.

Sr. Pedro Barusco, tendo esses fatos em vista, faço a seguinte pergunta a V.Sa.: em que data a Sete Brasil apresentou carta-consulta ao BNDES solicitando crédito para o seu empreendimento? O senhor pode responder.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Em que data a Sete Brasil recebeu a confirmação da aprovação do enquadramento pelo BNDES do seu pleito de apoio financeiro?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor também não sabe?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não era a minha área, não era o meu assunto. Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A Sete Brasil contratou a consultoria e o escritório para a elaboração da sua carta-consulta ao BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Antes da apresentação da carta-consulta, houve tratativas informais entre representantes da empresa e do Banco?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acredito que tenha havido, mas eu não participei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - V.Sa. tem notícia da influência de políticos no processo pelo qual o BNDES analisou a concessão de créditos à Sete Brasil ou qualquer outro financiamento?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não sabe nada?

Durante o período de análise do projeto, o BNDES questionou algumas vezes os custos de construção das sondas, solicitando justificativas para o volume de percentual de pagamento antecipado para a sua construção, ou fez restrição ao fluxo de caixa previsto com o afretamento das sondas?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu lembro que quem cuidava desta área era o Dr. João Carlos Ferraz. Ele acumulava a Presidência e a Diretoria Financeira. O que eu lembro é que ele me pedia, assim, descritivos técnicos, arrazoados técnicos, cronogramas, coisas que eu sabia que os financiadores — não só o BNDES, como outros financiadores — pediam. Mas eram, assim, assuntos técnicos. Então, a minha área era a responsável pela área técnica e repassava essas informações solicitadas por ele para a área dele. Agora, o meu envolvimento ia até esse momento. Era um envolvimento interno.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

No entendimento de V.Sa., o BNDES teria liberado o empréstimo de 10 bilhões à Sete Brasil se outros fatos ligados aos sócios dos estaleiros não tivessem sido levantados na Operação Lava-Jato?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei dizer, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No seu entendimento. Cabe o seu ponto de vista.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, o que eu sei é que o João Ferraz se aplicava fortemente, porque o BNDES era muito rigoroso, pedia muita informação. Não só o BNDES, os financiadores queriam saber sobre os estaleiros, a



capacitação dos estaleiros e tal. Então, quando eu soube que o BNDES não tinha desembolsado, eu fiquei até surpreso, porque eu achava que o BNDES já teria desembolsado. Agora, quando surgiram essas questões da Lava-Jato, talvez o BNDES tenha travado. Não sei. Quando aconteceu isso, eu já estava fora da Sete Brasil já havia mais de ano.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A aquisição de debêntures conversíveis em ações da Sete Brasil pelo BNDESPAR chegou a se concretizar? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No entendimento de V.Sa., qual é a relação entre a concessão de financiamentos a empreiteiras e as investigações realizadas no âmbito da Lava-Jato?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei. Esse não é o meu assunto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Segundo uma fonte, a Sete Brasil foi desenhada a partir de 2008, na Diretoria de Engenharia da PETROBRAS, chefiada na época por Renato Duque, preso na Operação Lava-Jato. Duque teria indicado Pedro Barusco para uma diretoria da Sete Brasil. Na época em que a Sete Brasil surgiu, sabia-se que o pacote das sondas não poderia ficar dentro da estatal, que já apresentava alto nível de endividamento.

Eu lhe pergunto: V.Sa. aqui acabou de dizer que não tem conhecimento de nada em relação à parte burocrática da Sete Brasil, não é isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não é a burocrática, é a parte financeira.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Financeira e burocrática. V.Sa. não respondeu a nenhuma das perguntas.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

Sr. Presidente, eu me considero parcialmente satisfeito. Eu ainda tenho algumas perguntas aqui a fazer e, logo que achar conveniente, irei fazê-las.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Exa., Deputado André Fufuca.

Eu vou passar a palavra neste momento ao autor do requerimento, S.Exa. o Deputado Betinho Gomes, a quem concedo a palavra pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, primeiro eu queria apoiar a sua iniciativa de, junto com o nosso Vice-Presidente Miguel Haddad, fazer um apelo ao Presidente da Câmara para que dê um prazo maior de prorrogação a esta CPI. É inadmissível, para não dizer que é uma piada, que nós tenhamos apenas 15 dias para concluir um trabalho que neste momento, eu diria, começa a se aprofundar e começa inclusive a trazer informações relevantes.

Eu repito o que eu disse semana passada: a Polícia Federal esteve numa ação de busca e apreensão dentro do Banco no Rio de Janeiro. Certamente ela não foi lá a passeio, mas porque há informações e há consistência nas denúncias e nas investigações que estão sendo feitas.

É bom dizer também que o Tribunal de Contas da União já se pronunciou afirmando que há prejuízos financeiros envolvendo o BNDES no que diz respeito aos financiamentos feitos ao grupo JBS. Nós temos que analisar aqui quebras de sigilo que chegam todo dia, informações complementares. E nós não teremos, em 15 dias, condição de fazer análises dessas informações.

Portanto, é impensável você imaginar que, enquanto outras CPIs foram prorrogadas por um prazo maior, a CPI do BNDES, que começa, digamos, a se aprofundar e ter acesso a mais informações, fique apenas com 15 dias. É lastimável essa decisão dos Líderes, com o apoio da Presidência desta Casa. Mas, de toda forma, Sr. Presidente, V.Exa. tem a nossa solidariedade.

Sr. Pedro Barusco, eu gostaria que V.Sa., de maneira muito objetiva, pudesse nos explicar qual era o seu papel na Sete Brasil, já que o senhor, junto com o engenheiro João Ferraz, foi um dos idealizadores dessa empresa.

Eu queria que o senhor discorresse sobre a sua participação e o seu papel na constituição dessa empresa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Pois não, Excelência. Bom, a Sete Brasil, tudo começou em 2008, quando surgiu uma demanda muito grande por sonda. Sonda é um equipamento fundamental para exploração da PETROBRAS.



Então, se criou uma grande demanda, a PETROBRAS sinalizou com uma grande demanda. E até aquele momento, as sondas todas eram contratadas no exterior. Havia uma política de governo, do Ministério de Minas e Energia. A própria Agência Nacional do Petróleo, quando licitava os blocos, exigia conteúdo local — e se não fosse atendido o conteúdo local havia previsão de multas, multas pesadas. Então, havia todo um ambiente favorável a se fazerem as sondas no Brasil. Primeiro eu estou classificando a demanda, por que a Sete... E a partir de 2008, quando essa demanda surgiu, foram se analisando alternativas. E, realmente, a alternativa de se criar a Sete Brasil partiu de uma ideia do Ferraz e minha, porque nós já tínhamos aplicado, vamos dizer, essa estratégia, tanto financeira quanto de implantação do projeto, numa plataforma mais antiga, de 2003, 2004. Foi a P-53. Então, a gente já tinha mais ou menos o modelo, assim, não na escala da Sete Brasil, mas já tínhamos um embrião do modelo, que já tinha sido utilizado na P-53. Bom, aí é que houve, então, esse processo de criação da Sete.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas o seu papel, propriamente, qual seria?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O meu papel, desde o início, foi o de Diretor de Operações. Então, eu vinha da Área de Engenharia, o meu envolvimento, o meu relacionamento era com os estaleiros e com os operadores — os operadores que eu digo são os operadores de sonda. Então, qual foi o meu papel? O meu papel foi preparar toda a especificação técnica das sondas, preparar as propostas técnicas, não é? Fechamos a proposta comercial — fechou o João Ferraz comigo —; depois foi a contratação dos estaleiros; a associação com os operadores, que também são proprietários das sondas, eles têm 15% das sondas. Então, foi todo esse trabalho de relacionamento e fechamento dos contratos com os operadores das sondas e com os estaleiros para a construção das sondas e todo o relacionamento técnico com a PETROBRAS durante a fase da licitação, que foi longa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - E em que momento os senhores decidiram recorrer ao BNDES para buscar financiamento? Como é que foi isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi desde o início, desde o início.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O contato foi feito com o senhor ou com o João Ferraz?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, com o João Ferraz. Na realidade, o primeiro contato foi feito pela área financeira da própria PETROBRAS, à qual o João Ferraz pertencia.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O senhor conhecia o André Esteves?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu o conheci no dia da... Nós estávamos celebrando a assinatura dos contratos, eu fui apresentado a ele. E depois eu o vi uma vez lá na Sete Brasil, numa reunião de conselho. A Sete Brasil era pequena, a reunião de conselho ocupava quase toda a Sete Brasil. E uma vez eu o vi junto com os outros conselheiros. Acho que eu o vi numas duas oportunidades.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O senhor confirma que em setembro de 2009, 15 meses antes da constituição formal da empresa Sete Brasil, a PETROBRAS já dispunha desse projeto conceitual de empreendimento?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em 2009? Não, a gente já dispunha desde 2004, 2005. E estava-se trabalhando porque para fazer a Sete Brasil não foi só... Todas as peças eram fundamentais: a demanda da PETROBRAS era fundamental, as regras da ANP para os blocos que tinham sido licitados nos últimos certames eram fundamentais, porque senão não haveria vantagem em fazer no Brasil se não tivesse... O senhor lembra quando a PETROBRAS recebeu aquele bloco de... aquele aporte de 8 bilhões de barris monetizados a 8 dólares o barril e tal. Aquilo o Governo participou na PETROBRAS. Mas havia regras para a produção daqueles blocos, e as regras previam o uso de unidades com conteúdo local, sob pena de multa. Então, quer dizer, havia uma legislação a favor, havia a vontade de se criar emprego, havia competência técnica para se fazer. A parte financeira, que não fui eu que fiz, mas foi equacionada, tanto que conseguiu atrair não só fundos de pensão, mas conseguiu atrair bancos privados, conseguiu atrair fundos estrangeiros.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Explique-me, por favor, como foi a participação dos fundos de pensão, como surgiu, quem tomou a iniciativa. Foi de vocês da diretoria que estava sendo constituída a iniciativa de solicitar esse aporte?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Isso já vinha desde a área financeira da PETROBRAS. Se o Deputado me perguntar como é que foi o envolvimento com os estaleiros e com os operadores, eu vou saber. Mas com as instituições financeiras eu não tive esse envolvimento.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Permita-me, só para complementar: a ideia de criar a Sete Brasil foi originalmente de vocês ou a PETROBRAS procurou vocês com essa ideia de criar a Sete Brasil?

Só vou formular melhor a minha pergunta: a Ministra de Minas e Energia à época, Dilma Rousseff, que também foi Chefe da Casa Civil, participou dessa concepção da Sete Brasil? Outros altos dirigentes do PT, como José Dirceu e Antonio Palocci, participaram dessa concepção?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eles não tiveram nenhum envolvimento?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Foi estritamente uma iniciativa de vocês com a PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi. A Sete Brasil foi criada à luz do projeto da P-53. E quem trabalhou na modelagem fomos eu e o Ferraz.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Vocês tinham o aporte... Eu sei que houve financiamento de fundo de pensão, do BNDES, etc., e houve também parceiros privados. Mas o senhor e o engenheiro João Ferraz tinham um aporte no momento para construir uma empresa desse tamanho?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não. Veja bem, eu estou dizendo que nós criamos o modelo. Depois ele foi submetido à Diretoria Executiva e foi aprovado. Aí se começou a constituição da Sete Brasil. Por exemplo, eu me aposentei em fevereiro ou março de 2011, não lembro exatamente. Eu tinha participado da concepção da empresa, do modelo, sabia tudo, conhecia todos os estaleiros, já tinha trabalhado 8 anos na área de engenharia. Não havia pessoa mais indicada para continuar esse trabalho na Sete Brasil do que eu. O pessoal diz: *“Ah, você foi indicado pelo Renato Duque!”* Não, eu fui indicado pela PETROBRAS. Há uma ata me nomeando Diretor da Sete Brasil. Assim como há uma... Com o João



Ferraz foi um pouco diferente. Mas eu me aposentei em fevereiro ou março de 2011 e imediatamente fui para a Sete Brasil. Eu fui o empregado número dois, eu aluguei a primeira sala. Mas essa parte financeira eu não...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Perfeito.

V.Sa. confirmaria que o BNDES firmou uma carta-compromisso para participação na empresa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não sabe quais seriam os termos desse compromisso? O senhor apenas participava da operação...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - ...mas não tinha nenhuma relação com essa parte.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O seu sócio, digamos assim, nunca compartilhou essas informações com V.Sa.?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. O que a gente compartilhava era internamente. Por exemplo, eu lembro que, durante esse processo, o Ferraz participou também da criação de um fundo garantidor, que melhorou muito a condição de segurança das obras; um fundo solidário em que de cada plataforma a gente um percentual de cada uma para fazer um fundo, para fazer um seguro. Essas coisas, eu lembro que essas coisas o Ferraz comentava que isso dava, vamos dizer assim, uma garantia maior, ou seja, dava mais conforto aos financiadores.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - De toda forma, mesmo que o senhor não tenha essa informação precisa, o financiamento que estava sendo negociado com o BNDES era essencial para viabilizar o negócio?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sem dúvida! Mas é o que eu digo: todas as peças eram essenciais. Não havia... Se não houvesse os estaleiros, que se associaram com estaleiros do exterior para construir estaleiros no Brasil, também não haveria o projeto. Se não houvesse o financiamento do BNDES, se não houvesse o financiamento do FIP lá, do Fundo Sondas, quer dizer, se não houvesse a demanda da PETROBRAS, se não houvesse o arcabouço de regras da ANP, se



tirasse uma dessas peças, o projeto não vingaria. Certo? Ou seja, o BNDES era realmente uma das peças fundamentais. Com certeza.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - E por que o BNDES decidiu não aportar recursos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei. Eu saí no final do... Aliás, na realidade, eu fiquei doente. Eu me licenciei na metade de 2012 e, no final de 2012, eu saí. Eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O senhor poderia detalhar a esta CPI como funcionava o esquema de propinas na Sete Brasil? Quem eram os beneficiários e quais os valores envolvidos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu vou repetir é... o que já foi colocado em todos os depoimentos que eu já dei. Havia um percentual de 1% sobre os contratos dos estaleiros, não é? E esse percentual era, era... Quer dizer, houve a combinação. Porque o pessoal já fala: *“Ah, então, 24 bilhões; 1%, 250 milhões...”* Não, não é assim. Havia a combinação, a combinação de 1% sobre os contratos dos estaleiros, que seria dividido em dois terços para o Partido dos Trabalhadores e um terço para algumas pessoas — tá? —, que no caso eram o Sr. Renato Duque, o Roberto Gonçalves, eu próprio, o Sr. João Ferraz, o Sr. Eduardo Musa. Tá? Essa era a combinação. E disso, muito pouco foi realizado, quer dizer, muito pouco em termos globais.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas foi planejando antes, digamos, da concepção em si da empresa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, isso já vinha lá na... Porque a primeira licitação da Sete Brasil foi conduzida pela própria PETROBRAS. Isso já vinha lá da primeira licitação. Era, vamos dizer assim, um padrão ou uma linha que havia de 1% com algumas empreiteiras.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - V.Sa. admite que esse esquema na PETROBRAS, se não tivesse sido descoberto, se não tivesse sido revelado pela Operação Lava-Jato, a Sete Brasil estaria funcionando normalmente e contaria com a participação do BNDES e que as propinas estariam sendo regularmente recolhidas?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não posso dizer que sim ou que não. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Bom, mas, se não tivesse sido revelado o esquema, é possível que estivesse funcionando?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É possível que estivesse tudo funcionando.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O Sr. Luciano Coutinho afirmou aqui que o BNDES não colocou recurso na Sete Brasil. Bom, V.Sa. já confirmou essa informação. Mas há alguma informação sobre eventuais aportes de recursos feitos pelo BNDES em função da constituição propriamente da Sete Brasil, em termos de pesquisas, estudos, financiamentos? Na fase inicial, algum tipo de recurso foi aportado?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu... Eu acho... Eu acredito que não. Não me lembro, não me recordo. Eu me lembro do Ferraz dizendo: "*Não, nós precisamos de um empréstimo ponte.*" Mas eu me lembro das discussões que ele tinha com os sócios para aportar, porque ele precisava, ele tinha que ter fluxo de financiamento e de recursos para tocar os projetos. E a gente estava com os contratos assinados. Então, o Ferraz se desdobrava de todas as formas e com todas as fontes para angariar os recursos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O senhor conhece ou tem algum tipo de relação com o Fernando Antônio Falcão Soares, o chamado Fernando Baiano, e com o Sr. José Carlos Bumlai?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, ao Sr. José Carlos Bumlai eu nunca nem fui apresentado. Ao Sr. Fernando Baiano eu fui apresentado uma vez pelo Diretor Paulo Roberto, num... Eu lembro até onde foi: foi num congresso de petróleo em Houston. Ele me apresentou. Ele estava lá e eu o cumprimentei. E depois eu encontrei o Fernando Baiano uma ou duas vezes, assim, em restaurante, assim, coisa social. E depois eu uma vez vi o Fernando Baiano na Sete Brasil. Ele estava numa reunião — acho que estavam ele, o Ferraz, havia outras pessoas. Mas eu entrei na sala assim e ele estava em reunião com o Ferraz, e eu o cumprimentei.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu nunca tive nenhum negócio com o Fernando Baiano.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Pedro Barusco, nós temos aqui uma clara impressão, pelo menos é uma impressão pessoal, de que tudo o que está acontecendo hoje no Brasil — Operação Lava-Jato, mensalão, as propinas que o senhor mesmo faz aí questão de afirmar de como funcionavam ou de como foi constituído esse esquema —, de alguma maneira, está entrelaçado.

Talvez o seu questionamento e a dúvida, por que o senhor foi convocado para esta CPI, pareçam aqui não ter uma relação, mas está muito claro que, por exemplo, as empresas que estão sendo denunciadas na Operação Lava-Jato, as empreiteiras, foram também beneficiadas com recursos do BNDES.

Evidentemente, o Banco, talvez lá no momento da aprovação desse recurso, não tivesse ciência de que haveria um esquema de propina por trás disso. Mas há uma relação. E eu até cheguei a dizer aqui ao Presidente que, mesmo sem querer, o Banco participou desse esquema de corrupção, financiando essa corrupção existente no Brasil.

E aí trouxemos aqui também o Sr. Eike Batista para que ele prestasse o seu depoimento. E eu queria que o senhor explicasse como é que se deu pelo menos a tentativa — porque houve uma tentativa — de contratação da OSX pela Sete Brasil, para que pudesse fazer parte da prestação de serviço da PETROBRAS. O senhor poderia detalhar essa informação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quando a PETROBRAS colocou a licitação no mercado, a segunda, era um pacote de 21 sondas. Então, aí era o meu papel escolher os estaleiros e os operadores. Então, tinha que casar, dividir as encomendas pelos estaleiros e, para cada plataforma, escolher um operador qualificado pela PETROBRAS. Então, nesse momento, quando saiu a documentação do convite, eu pedi proposta para todos os estaleiros, inclusive para a OSX. E foi uma licitação normal. Eu acabei não fechando com a OSX porque ela não apresentou a melhor proposta. Só isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas nesse processo formal de licitação, tudo bem. Mas havia algum contato antes do tipo *“Olha, vamos fazer a licitação. Se você ganhar, vamos estabelecer aqui já um esquema de propina,*



alguma coisa”? Já tinha havido em algum momento, com a OSX ou com outra empresa concorrente, essa possibilidade de já iniciar esse tipo de negociação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, com a OSX não tinha nenhuma conversa. Com os outros estaleiros não precisava nem ter a conversa, porque já havia alguns reais, essa questão da propina com eles e com aquelas empreiteiras já estava estabelecida.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Isso negociado com o Partido dos Trabalhadores?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só para concluir, Sr. Presidente, a minha intervenção, preciso questionar ao Sr. Pedro Barusco: como grande apoiador do Grupo Eike Batista, interessado em garantir retorno dos seus aportes de capitais e financiamentos, o BNDES teve algum tipo de atuação na negociação para viabilizar a compra das sondas da OSX pela Sete Brasil? Qual foi essa participação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desculpe, Excelência, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O BNDES teve algum tipo de interferência na negociação junto ao Grupo X para tentar garantir o financiamento? Pergunto isso porque o Banco gostaria de receber o recurso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, se houve, não foi comigo, então, eu não posso dizer. Agora, eu posso lhe afirmar que quem não escolheu a OSX como um dos fornecedores ou um dos estaleiros fui eu. E posso lhe dizer que foi porque a proposta deles não dava, assim, na minha visão, uma confiança técnica, não era tecnicamente uma proposta robusta e financeiramente não era a melhor proposta. Então, eu posso lhe afirmar que, mesmo que tivesse tido, vamos dizer, alguma influência para que se contratasse a OSX, eu não teria contratado, porque não era a melhor proposta. Como é que eu ia contratar uma proposta que não era a melhor?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as indagações que fiz e com as respostas.

Naturalmente, a nossa tarefa aqui é tentar montar essa teia de relacionamentos. Como eu já disse aqui durante a minha fala, está muito claro que



há uma relação entre financiamentos do BNDES e os esquemas de propina que se estabeleceram no País.

Há em curso algo que foi feito e que permitiu de alguma maneira que o BNDES fosse envolvido, mesmo sem o desejo, talvez, da sua direção. Mas o Banco foi utilizado nesse sentido de garantir os aportes financeiros para as campanhas nacionais e também para os empreendimentos que envolviam as empreiteiras e, nesse caso específico, a PETROBRAS.

É bom lembrar que o BNDES aportou, no caso da refinaria de Pernambuco, 10 bilhões de reais. E aquela refinaria teve o seu preço superestimado na sua conclusão. E naturalmente esse recurso de 10 bilhões foi utilizado nesse esquema de propina que se montou no País.

Como eu já disse, o exercício que esta CPI tem que fazer — por isso há necessidade de mais tempo, Sr. Presidente — é tentar fazer a conexão dessas articulações que se construíram.

Por isso, mesmo o Sr. Pedro Barusco aqui não dando muitos detalhes das operações que favoreceram a Sete Brasil ou foram constituídas para favorecer a Sete Brasil, acho que é bom para nós termos aqui pelo menos algumas informações que nos ajudem a tentar buscar mais detalhes, sobretudo disso que está acontecendo no Brasil e também de como o BNDES foi envolvido para favorecer essas empresas.

Portanto, mais uma vez eu agradeço a oportunidade. Mas insisto: há necessidade de continuar essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Betinho Gomes, a participação sempre oportuna e inteligente de V.Exa.

Passemos à inscrição das Sras. e dos Srs. Parlamentares. Conforme a ordem de inscrição, concedo a palavra inicialmente ao Delegado Edson Moreira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Pedro Barusco, qual é o relacionamento do senhor com o Júlio Camargo nesse esquema todo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O Júlio Camargo? Quando o conheci ele era o representante da Toyo Engenharia — não era Toyo Setal ainda, era Toyo Engenharia. Bom, eu sabia, mas eu não tinha... Ele também era



representante da Pirelli, na época, que depois se tornou Prisma. Mas nessa área eu nunca tive relacionamentos profissional e comercial com ele; eu tinha relacionamento com ele como representante da Toyo. Depois ele veio a se juntar com a Setal, Toyo Setal. Bom, também me tornei amigo dele. Com tanto relacionamento, acabei tendo uma certa amizade com ele.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Qual a participação do Presidente Sérgio Gabrielli nessa parceria toda para pegar essa grana toda da PETROBRAS? Qual a parceria do Sérgio Gabrielli? Como ele administrava? Qual a participação dele, se é que houve? Era através dele que se conseguiam esses empréstimos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu participava do comitê de negócios. Eventualmente, na Diretoria Executiva, eu apresentava algum projeto. Mas eu nunca tive nenhum relacionamento extra ou profissional com o Dr. Sérgio Gabrielli, sempre dentro desses fóruns de diretoria, de comitês de negócios, não tinha conversa paralela com o Sr. Sérgio Gabrielli. Então, eu não posso falar nada do Dr. Sérgio Gabrielli.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas tudo tinha que passar por ele na Presidência da empresa, não tinha?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A PETROBRAS funciona por colegiados. Então, claro, ele fazia parte do Conselho e fazia parte da Diretoria Executiva. Então, de certa forma, sim. Mas as decisões eram tomadas por colegiados. Por isso, quando, às vezes, as pessoas falam "*acho que uma pessoa tem o poder de encaminhar um documento lá dentro*" é meio complicado, porque tem que passar pelo comitê financeiro, pelo comitê de desempenho, pelos vários comitês. Então, as coisas passavam pelas mãos dele, mas não era isoladamente, ele não era o único que decidia, ele não decidia isoladamente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas esse esquema de divisão...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não!

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - ...de percentual por partido e tal?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Que eu saiba, não.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não? Chegou-se a conseguir empréstimo, do lado do BNDES, para a Sete Brasil e para todas essas empresas? Chegou-se a ter um “capilé” lá, algum dinheiro?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não... *(Riso.)* Não tenho informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não. Se houve algum empréstimo para fazer compra ou algum empreendimento lá?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O quê: do BNDES?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, o BNDES, acho, financia a PETROBRAS. Mas isso não era da minha área, eu não... Eu acredito que o BNDES financiou várias coisas para a PETROBRÁS, mas isso nunca passou por mim. Essa não é uma decisão de que eu participava. Nunca fui da área financeira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sabe de algum? É só para saber.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - De cabeça, assim, eu não lembro. Porque isso era transparente para mim. Eu não participava disso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Está certo.

Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Passo a palavra ao Sub-Relator Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quando argui V.Sa., eu falei, há pouco, que voltaria novamente a fazer questionamentos.

O Deputado Delegado Édson Moreira, há pouco perguntou da sua relação com o Sr. Júlio Camargo e V.Sa. disse que acabaria por desenvolver amizade, que inclusive hoje são grandes amigos.

O Sr. Júlio Camargo e as empresas as quais ele fazia frente, como V.Sa. mesmo falou, alguma delas, no período em que V.Sa. esteve à frente da Sete Brasil,



fizeram transações com a Sete Brasil ou com algumas das empresas que ele estava à frente?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A Sete Brasil?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O Sr. Júlio Camargo tinha uma empresa, se não engano, chamada Piemonte, que tinha participação em algumas sondas, acho que eram sondas da OAS. Ele tinha, sim. Ele tinha uma participação pequena como *owner*, como dono de, acho, duas ou três sondas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nesse grau de amizade que se estendeu após o grau comercial, alguma vez o Sr. Júlio Camargo depositou algum recurso nessas contas?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Depositou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Depositou, sim. Essa relação de depósito já foi toda identificada... Toda, não, porque é muito difícil identificar 100%; mas quase toda. Está tudo nomeado na Polícia Federal e no Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ele chegou a pagar os seus advogados?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O Sr. Júlio Camargo?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, advogado, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não chegou a pagar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, quem pagou meus advogados fui eu mesmo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. E qual o patrimônio que restou a V.Sa. após a delação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O patrimônio que restou para mim depois da minha delação?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ah! Está no meu Imposto de Renda.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim, mas V.Sa. poderia falar, você está aqui para responder.

(Não identificado) - Você responde se quiser.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ah, restou um apartamento de dois quartos que eu tenho na Barra da Tijuca, participação em dois terrenos, porque eu não sou dono sozinho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O patrimônio é compatível com a sua renda, no caso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A Receita Federal está fazendo toda essa investigação, e eu estou direto com a Receita Federal.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - E, só a caráter de curiosidade — cabe a V.Sa. responder se achar conveniente —, qual a multa aplicada na sua delação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A multa, além do dinheiro que eu devolvi, foi de 6,5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Seis milhões e meio de reais? Certo. Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sub-Relator.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui também cumprimentar o Sr. Pedro Barusco.

E, antes de mais nada, Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar aqui a necessidade de prorrogação da CPI do BNDES. A minha sugestão é de que seja pelo prazo de 60 dias, porque me parece que agora que se está começando a ter algumas informações, de fato, através dos relatórios do TCU.

E também vejo a necessidade — agora, não do convite — da convocação do Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho, porque existe muita contradição naquilo que foi dito por ele e naquilo que temos ouvido nos últimos dias.

Sr. Pedro Barusco, o gasoduto GASENE, entre o Espírito Santo e a Bahia, foi um empreendimento que contou com recursos do BNDES — 4,5 bilhões de reais,



para construir 1.300 quilômetros de extensão — à PETROBRAS. E aí a PETROBRAS criou uma empresa privada, chamada Transportadora GASENE, que foi questionada inclusive pelo TCU, que informa que a transportadora era uma empresa de fachada — o TCU afirmou isso —, constituída para burlar a fiscalização dos recursos empregados na obra, que custou 6 bilhões de reais.

O Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, negou que a transportadora era uma empresa de fachada e justificou o projeto, relatando que a Transportadora GASENE, controlada pela GASENE Participações, era uma associação do Banco Santander com uma pessoa física. A principal garantia do projeto, de acordo com o Presidente do BNDES, era um contrato da PETROBRAS com a GASENE para a compra de gás. Depois foi constituído o gasoduto e ela foi incorporada pela TAG, que é uma subsidiária de gás da PETROBRAS. E hoje a dívida com o BNDES é exatamente da PETROBRAS.

V.Sa. afirmou na CPI da PETROBRAS que houve pagamento de propina dessa obra, com parte de recurso, inclusive, destinado ao partido do Governo. V.Sa. poderia nos detalhar como se davam essas operações de propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O projeto GASENE, como o senhor falou — 1.300 quilômetros, não é? —...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO -...é um gasoduto bastante extenso. Então, eu não lembro em quantas partes foi... A estratégia de construção foi dividi-lo em partes — acho que foram cinco ou seis trechos, coisa assim, não lembro exatamente quantos trechos foram —, fazer as licitações, cinco ou seis licitações, uma para cada trecho. Então, isso foi feito, esse era o meu trabalho. O meu trabalho era desse ponto para as construtoras. Eu não me envolvia com essa questão societária, com a formação das empresas e tal, eu era acionado quando, vamos dizer, o recurso estava disponível e — por exemplo, no caso, a área de gás e energia da PETROBRAS já tinha o projeto pronto — então a PETROBRAS garantia os recursos, o projeto estava pronto. Aí é que eu começava o processo. Então, nós pegamos, dividimos em partes e licitamos. Desses seis contratos — ou sete contratos, ou cinco contratos, que foram o total do GASENE —, em algum deles houve, porque eram empreiteiras daquele grupo que já pagava propina, pelo menos



combinação, e em alguma coisa houve pagamento, não foi em todos os contratos. E a sistemática, vamos dizer assim, é a mesma sistemática dos outros contratos: 1%, metade destinado ao PT e metade para a casa, para algumas pessoas da casa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Pedro Barusco, na delação premiada da Camargo Corrêa o Sr. Dalton Avancini afirmou que o Gerente-Geral do Centro Administrativo da estatal, Sr. Celso Araripe, que comandava a obra da estatal lá no Espírito Santo, onde era a sede da PETROBRAS, é acusado de receber propina da ordem de 8,5 milhões de reais.

Eu queria que o senhor me informasse, se o senhor tiver conhecimento, se partes desses recursos foram repassadas para algum político do Estado do Espírito Santo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei dizer porque a minha relação com o Sr. Celso Araripe era somente profissional. Eu nunca tive negócios com ele e não sabia que ele tinha negócios com outras pessoas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Esse repasse de recursos era feito somente para partidos ou também era feito para políticos, fruto da propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso eu já falei nos outros depoimentos. No começo, eu sabia que era PT; depois eu evoluí... Era PT... Quando o Sr. João Vaccari assumiu a tesouraria, eu sabia que era para ele. E quem fazia, vamos dizer, o encaminhamento, o direcionamento, os recursos de propina que eram destinados ao PT, era o PT ou o Sr. Vaccari, mais recentemente. Eu não tinha esse conhecimento e essa participação para quem que ia no partido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Em seu depoimento na CPI dos Fundos de Pensão, V.Sa. disse que a Sete Brasil foi constituída para construir as sondas com conteúdo nacional — inclusive, uma exigência da ANP —; justificou o projeto e disse que a empresa não foi criada para gerar pagamento de propina. Mas depois, V.Sa. apontou que isso aconteceu naturalmente com a extensão da propina paga na PETROBRAS.

Em depoimento à Justiça e na CPI da PETROBRAS, V.Sa. admitiu ter recebido cerca de 170 milhões de dólares em propinas de 2003 a 2011, quando trabalhava na PETROBRAS; e entre 2011 e 2013, período em que o senhor trabalhou na Diretoria da Sete Brasil.



Em delação premiada, o empresário Fernando Soares afirmou que houve pagamento de propina nas negociações para contratação da OSX, e mencionou a participação do empresário Sr. José Carlos Bumlai.

E o Sr. Eike Batista, em depoimento à CPI do BNDES, negou o pagamento de propina.

V.Sa. esteve depondo na CPI da PETROBRAS, na CPI dos Fundos de Pensão, e agora na CPI do BNDES. Eu queria que o senhor pudesse nos contar como um esquema de corrupção tão grande foi estruturado no Brasil com o envolvimento de tantas empresas importantes.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu posso dizer que, quando eu assumi na Engenharia, em 2003, já existia. Então, eu não sei dizer como nasceu. Eu acho que ele cresceu; obviamente, ele aumentou, mas como foi criado, não sei. Ele já existia quando eu cheguei lá na Engenharia.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Quando o senhor chegou, então, já existia esse esquema de propina dentro da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Já.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor poderia informar... O senhor disse que se aposentou da PETROBRAS e assumiu a Diretoria da Sete Brasil. O senhor disse que foi indicado. O senhor poderia nos informar por quem o senhor foi indicado para ocupar a Diretoria da Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não consigo nomear uma pessoa, porque era uma continuidade natural. Eu estava trabalhando fortemente naquele projeto, tinha me aposentado naquele momento. Então, foi uma escolha natural, porque eu já estava trabalhando, a PETROBRAS já estava criando a Sete Brasil, e eu estava, naquele momento, me aposentando. Então, eu acho, o pessoal disse: *“Ah, o Duque te indicou?” “Acho que sim”*. *“O Gabrielli te indicou?” “Acho que sim”*. *“O Barbassa te indicou?” “Acho que sim”*. Era uma coisa normal, era uma transição natural. Como o Ferraz ser Presidente da Sete Brasil eu também acho que foi natural.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Na verdade, tinha muita gente trabalhando fortemente nesse projeto, não é? O senhor afirmou, tanto na CPI da PETROBRAS quanto em sua delação premiada, que o principal financiador do



projeto da companhia Sete Brasil era o banco de fomento do BNDES. Isso foi afirmação do senhor na CPI.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Disse, ainda, que recebeu propina, também, por ter sido dirigente dessa empresa após deixar a PETROBRAS. O Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em depoimento à CPI da PETROBRAS, em abril deste ano, afirmou que o BNDES, dentro do projeto inicial, seria o principal financiador, mas disse que nenhum desembolso chegou a ser feito. Quando ele foi questionado pelo Relator da CPI da PETROBRAS, ele desmentiu o senhor, respondeu que as informações do senhor eram imprecisas, eram inverídicas. Pelas afirmações feitas, fica implícito que as propinas vieram dos financiamentos do BNDES. Por esta razão convocamos o senhor. O Sr. Coutinho nega tudo isso. Eu gostaria que o senhor nos esclarecesse esses fatos: se o senhor falou a verdade ou se é o Presidente Luciano Coutinho que está falando a verdade em relação ao financiamento a Sete Brasil com recursos do BNDES.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desculpe, Excelência. Eu não entendi a pergunta. Eu não sei onde houve o conflito de informações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor afirmou que com recurso do BNDES foi financiado projeto da Sete Brasil. Ele afirmou aqui que não houve recurso do BNDES; inclusive, desmentiu o senhor sobre isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não... Eu vou repetir pela ducentésima milésima vez: eu não sou da área financeira, eu não era da área financeira. Se o Diretor... Se o Presidente Luciano Coutinho diz que não deu nenhum tostão, não deu!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Então, a afirmação...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Então, a afirmação...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu afirmei aqui é que o BNDES era uma figura preponderante, fundamental para o financiamento e execução dos objetivos da Sete Brasil. Se ele deu 1 real, 2 reais, ou mil reais ou 1 milhão, não sei!



O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Pois é, mas o senhor aqui afirmou. Então, o senhor concorda...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não afirmei! Eu afirmei que o BNDES era fundamental para a Sete Brasil. Eu não sei quanto veio do Fundo de Pensão, quanto veio do Fundo Soberano, quanto veio daqui, quanto veio dali. Eu não era da área financeira.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Sobre a mesa há requerimento assinado pelo Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, designando o Deputado João Gualberto para utilizar o tempo destinado à Comunicação de Liderança do partido; soma-se ao tempo de inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto, pelo tempo de 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, inicialmente, Presidente Marcos Rotta, eu queria mostrar minha revolta e minha indignação: A CPI do BNDES, com relação a qual a população brasileira tinha tanta expectativa, até porque sabíamos que houve muita corrupção, muito tráfico de influência, só ser prorrogada por 15 dias. E vejam quem pede a prorrogação por 15 dias: quem assina é o Líder do Governo, José Guimarães, do PT; Sibá Machado, Líder do PT; o Líder do PP, Eduardo da Fonte, investigado na Lava-Jato. São essas pessoas que pedem só 15 dias de prorrogação. Enquanto as CPIs Fundo de Pensões e Maus-Tratos de Animais foram prorrogadas por 60 dias, a CPI de BNDES o foi somente por 15 dias.

Eu acho que é de sua responsabilidade, e quero ouvir esse pronunciamento de V.Exa., a sua indignação, também. V.Exa. é o Presidente desta CPI. Qual a justificativa de só ser prorrogado por 15 dias?

Claro que nós sabemos. Desde o início da formação desta CPI do BNDES sabíamos que o Governo tinha muito interesse em que nada fosse apurado. E realmente estão conseguindo: a nossa CPI não tem estrutura; não conseguimos — nós, a Oposição, somos minoria —, convocar ninguém aqui que realmente pudesse acrescentar. A vinda do Sr. Pedro Barusco é fruto de um requerimento de um colega nosso, o Betinho.



Veja, o senhor está aqui hoje apenas porque o PT concordou. E não tem quase ninguém aqui da base do Governo. De 32 membros, hoje, neste instante tinham sete membros; agora, nove, e parece que chegaram mais dois aí. Para ver que o senhor não dá mais ibope — a imprensa não está aqui; os Deputados não estão aqui. E nós estamos aqui na frente de uma pessoa que confessou ter roubado, quanto: 400 milhões, é isso? Foram 400 milhões que o senhor roubou? O senhor confessou quanto na sua delação? O senhor devolveu quanto?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Já está tudo declarado em meu depoimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sim, foram 400 milhões ou mais de 400 milhões?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não vou responder a isso mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não vai responder?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Uma pessoa que fez tanto mal, e está muito à vontade já hoje em dia aqui! Eu me lembro do senhor na CPI da PETROBRAS: estava mais receoso. Hoje fez a delação premiada, foi fotografado fumando charuto num iate, numa praia... Está bem à vontade! E fala aqui, na maior cara de pau, que só tem um apartamento de dois quartos!

Diga, senhor advogado! Diga, senhor advogado! O advogado pode falar?

O SR. ARMANDO DE SOUZA SANTANA JÚNIOR - Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está aqui na condição de...

O SR. ARMANDO DE SOUZA SANTANA JÚNIOR - De advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...advogado. Há um *habeas corpus* que permite a presença do advogado aqui, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sim. Mas ele pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Inclusive, o Sr. Pedro Barusco está também...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O advogado pode falar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele pode levantar questão de ordem. Pode.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k. Então, pode levantar, senhor advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, eu peço a V.Exa. que use da gentileza com que nós sempre tratamos aqui os nossos convocados, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É difícil ser gentil com uma pessoa que assaltou o povo brasileiro em 400 milhões. É difícil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está, inclusive, protegido pelo manto de um *habeas corpus*.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu confesso que, para mim, é muito difícil manter o equilíbrio diante de uma pessoa que confessou ter roubado 400 milhões do povo brasileiro. Desculpe-me, Sr. Presidente! Mas isso é muito difícil para mim.

O SR. ARMANDO DE SOUZA SANTANA JÚNIOR - Só quero afirmar aqui, excelência, que o Sr. Pedro Barusco está na condição de colaborador do Poder Judiciário, do Ministério Público, da força-tarefa, tem comparecido a todas as CPIs com a maior vontade...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Quero que desconte o meu tempo, por favor.

O SR. ARMANDO DE SOUZA SANTANA JÚNIOR - ...com a maior vontade. Pela primeira vez, desde que eu o acompanho, inclusive na CPI dos Fundos de Pensão, ele sempre esteve à disposição, respondeu a todas as questões que eram do seu conhecimento e nunca foi ofendido da maneira que V.Exa. o está ofendendo, chamando-o de ladrão perante toda a Nação, quando ele é um colaborador da Justiça. Ele é considerado pelo Poder Judiciário como um colaborador, porque até o termo "delator" já foi retirado. Ele é colaborador. Por isso ele está pagando um preço caro. E V.Exa. está sendo ofensivo ao chamá-lo de ladrão perante toda a Nação. Então, eu quero registrar o meu protesto, na condição de advogado do Sr. Pedro Barusco, que tem a sua honra, neste momento, vilipendiada aqui na Câmara dos Deputados.



Em nenhuma vez ocorreu esse tipo de intervenção, nenhum Deputado fez isso. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que contivesse o nobre Deputado a respeito dessas ofensas pessoais contra o Sr. Pedro Barusco, senão ele vai se retirar do plenário, porque ele tem autorização do Poder Judiciário, do Ministro Marco Aurélio Melo, para fazê-lo. Ele está aqui na condição de colaborador e com a maior boa vontade e educação para com todos os Deputados. Então, eu pediria a V.Exa. que contivesse o nobre Deputado. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Só faltava essa! Só faltava essa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, eu peço a gentileza de V.Exa., porque nós sempre tivemos aqui um nível bastante elevado nas discussões. Peço a que V.Exa. que, sempre de forma incisiva, continue tratando os nossos convocados de forma respeitosa, como sempre os tratou.

Então, eu retorno a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, uma pessoa, um funcionário público, que declara que devolveu 400 milhões que foram subtraídos — eu não vou dizer mais roubar então, mas subtraído — do povo brasileiro... Que adjetivo darei a um homem desses? Que adjetivo que V.Exa. daria? E eu pergunto à população brasileira que está nos assistindo: que adjetivo daria? Pelo amor de Deus! Onde é que nós estamos? Onde é que nós estamos?

Sr. Pedro Barusco, o senhor devolveu 400 milhões. Provavelmente, não é tudo o que foi subtraído — não vou usar mais o termo "roubar", vou usar "subtraído" — do povo brasileiro. Talvez não seja.

O Ministro do STF... Já foi constatado, até no balanço da PETROBRAS, que foram roubados mais de 6 bilhões — mais de 6 bilhões! — da PETROBRAS. Parte disso, o senhor acabou de falar, foi para o PT. O senhor acha que quantos bilhões foram para o PT?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não acho nada. Eu não tenho esse número.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor declarou que era o Vaccari quem distribuía esse dinheiro, era o Vaccari quem distribuía esse dinheiro.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A partir do momento em que ele se tornou tesoureiro do PT.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E o senhor tem ideia de quantos bilhões? Ou não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não tem a menor ideia?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Essa é a colaboração deste senhor que está aqui, um senhor que devolveu 400 milhões de reais? Essa é a colaboração? Ou o senhor quer que sejamos chapa-branca e não façamos nenhuma pergunta? O senhor desviou 400 milhões. O Brasil está nesta situação hoje, o povo brasileiro está sofrendo com a falta de investimentos na educação e na saúde, com o desemprego, em função de pessoas como o senhor, que fizeram parte da engrenagem de roubo do Brasil, que assaltaram os cofres públicos do Brasil. O senhor quer o quê? Que eu seja simpático com o senhor? É isso que o senhor espera de um representante do povo brasileiro? É isso que o senhor espera? O senhor acha que houve muitos políticos envolvidos também nesse roubo? O senhor tem conhecimento, quando o senhor tratava da divisão de propina com o Sr. Vaccari, de quanto ia para os Deputados e Senadores? O senhor sabe disso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não sabe?

O Senhor acha que o que aconteceu com a PETROBRAS, que a assaltaram — e o senhor fez parte dessa engrenagem — em mais de 6 bilhões, aconteceria também na iniciativa privada, numa empresa privada? Esse assalto que aconteceu na PETROBRAS poderia acontecer na iniciativa privada?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não tenho ideia.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não tem ideia? O senhor não sabe mais nada? Quando falamos a verdade ao senhor, o senhor não responde mais nada, não quer responder mais nada! Eu não vou aqui perguntar se o senhor é financeiro, como fez o Relator algumas perguntas, para o senhor dizer “*eu não sei, eu não sei, eu não sei*”. Isso eu sei que o senhor não sabe, não adianta fazer esse tipo de pergunta. O Brasil quer saber: como o senhor roubou; quem roubou junto com o senhor; e que foi o maior beneficiado! É isso que queremos saber; fora disso, não queremos saber de nada. Temos de fazer perguntas objetivas.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sr. Presidente, eu pensei que viria aqui para responder a perguntas sobre a CPI do BNDES.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, não! O senhor veio aqui para responder a perguntas sobre o que foi subtraído do povo brasileiro; claro que foi para isso que o senhor veio. Ou o senhor pensou que aqui faríamos pergunta para o senhor dizer que não sabe?

Eu ouvi as outras perguntas, as pessoas só perguntavam e o senhor dizia: “*não sei, não sei, não sei*”, e eu vou fazer mais uma pergunta desse tipo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu sei que o BNDES...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quando eu não sei, o senhor quer que eu diga o quê, quando eu não sei? O senhor quer que eu minta?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas o senhor não sabe nem quanto o senhor roubou. Como o senhor não sabe?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Já declarei tudo sobre isso. Já tem 1 ano, já tem mais de 200 declarações minhas. O senhor tem meu depoimento aí com o senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E o senhor não pode reafirmar aqui para o povo escutar?

O senhor acha que a prisão do Sr. André Esteves foi legítima, foi correta?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei!

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor não esteve em festa com ele, em comemorações?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Nunca.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor comentou aqui que esteve na comemoração.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Inauguração de uma plataforma!

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Olhe, Sr. Pedro Barusco, o senhor está aqui como uma pessoa que roubou dinheiro do povo brasileiro, não venha aqui falar alto conosco, não. Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Só um minuto, por favor. Por favor!



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu estou aqui como testemunha.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Testemunha, não. O senhor sabe por que o senhor está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado João Gualberto, por favor. Não! Por favor, por favor!

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É demais. É demais, é o povo que está sofrendo desempregado, senhor advogado. É demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado João Gualberto...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É demais, é esse pessoal que sofre, que não tem emprego, que não tem saúde. Demais é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado João Gualberto, por favor, eu queria só pedir...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Olhe, eu não vou fazer parte desse circo que está sendo esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Só um minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu não vou fazer parte. Então, se for para fazer as perguntas corretas para ele, temos de perguntar isso. Se for para fazer parte de circo, eu não vou fazer. Eu não estou aqui como Deputado para fazer parte de circo nenhum! Estou aqui para falar a verdade, para fazer as perguntas.

Então, eu vou encerrar minha participação, porque esse senhor não vai responder a nada, e todo o povo brasileiro queria saber quem foi o grande beneficiado desse esquema de roubo da PETROBRAS, do BNDES. É isso o que a população quer saber. Então, como ele não vai responder, encerro aqui minha participação, não vou participar de circo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Eu queria só pedir aos Deputados, por favor, para que nós mantivéssemos aqui sempre a forma ética na condução do processo. Eu compreendo o Deputado João Gualberto, as suas manifestações, mas entendo que possamos conduzir isso com tranquilidade, que seja indagado ao depoente em relação aos temas, e que possamos concluir e chegar a um bom termo ao final deste nosso encontro.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O próximo é o Deputado...
Pois não, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, antes de o Deputado fazer uso da palavra, V.Exa. pode informar quantos inscritos ainda há?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Nós temos quatro Deputados inscritos até o presente momento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu procurei fazer uma breve intervenção quando do calor do incidente, e eu gostaria de fazer algumas referências. Primeiro, todos aqui sabem da minha posição quanto a esse ímpeto verbal do Deputado João Gualberto, com o qual não concordo.

Segundo, o Presidente Rotta facultou ao advogado usar o microfone, quando isso não é praxe nesta Casa. O advogado se limita a orientar o seu cliente e não pegar o microfone e defender ou falar pelo cliente, ou mesmo passar sabão em Deputado. Então, eu sugiro a V.Exa. que doravante o advogado se abstenha de usar o microfone nesta CPI para intervir na discussão que está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O Estatuto da OAB permite ao advogado fazer a sua fala através de questão de ordem.

Mas eu queria também fazer um apelo para que a gente possa ter um bom encaminhamento, que o advogado, por favor, se limitasse às informações ao Sr. Pedro Barusco, sem se utilizar da palavra, para que possamos caminhar com isso a bom termo e, dessa forma, manter a tradição da Casa de que só fale o depoente.

O próximo inscrito é o Deputado Davidson Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pena que o Deputado João Gualberto já tenha ido embora e não possa assistir à demonstração de que, primeiro, há mais gente aqui da Base do que da Oposição. Portanto, não era esse o critério de esvaziamento a que ele se referiu.



O segundo aspecto é que nós temos que ter uma análise crítica para não sair fazendo agressões gratuitas. Primeiro, isso aqui não é um circo. Nós estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é pelo fato de não estar havendo as conclusões de que alguns gostariam que isso aqui se transformou num circo, em hipótese nenhuma! Quando não se quer ir ao circo, nem se entra, nem se faz parte do espetáculo. Agora, fazer o discurso e ir embora, sem participar do debate, efetivamente, é uma coisa muito desagradável.

Eu quero registrar mais uma vez: aqui não é a CPI da Operação Lava-Jato, aqui não é a CPI da PETROBRAS. Então, as pessoas querem palanque, querem audiência para fazer o seu discurso político? Tudo bem, tudo bem, façam! É da natureza desta Casa, da natureza política. Mas, volto a insistir, de novo dá uma demonstração de quão inócuas estão sendo essas ações da Oposição aqui no que diz respeito ao BNDES. Não há um tostão do BNDES nisso!

Os interesses, a tentativa de identificar efetivamente uma participação, uma atuação do Banco a partir de um tráfico de influência não está se firmando. Portanto, quando foi discutido — e isso não é decidido por uma Liderança só — o processo de prorrogação ou não desta CPI, nós o aprovamos. Aliás, aprovamos por unanimidade; foi aprovada por unanimidade ontem.

Eu não ouvi o Deputado João Gualberto levantar a voz lá no plenário para dizer: *“É um absurdo! É um absurdo!”* Não ouvi nada disso, ele não fez isso. Foi aprovada por unanimidade a prorrogação por 15 dias. E foi aprovada por quê? Porque até agora não se tem nenhuma questão substancial ou prova material contra o Banco, o nosso BNDES, que é um banco fundamental para o desenvolvimento nacional — e tem sido. Ele tem desempenhado um papel decisivo na política econômica brasileira e no fortalecimento das exportações nacionais.

Todas aquelas três razões principais elencadas para instalação desta CPI não estão se evidenciado. Então, eu entendo o desespero do Deputado João Gualberto quando ele chega ao final deste trabalho da CPI e não consegue descobrir nada. Mas CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E, quando foi instalada esta CPI, era para averiguar supostas irregularidades — supostas irregularidades.

Portanto, eu reafirmo meus parabéns a toda a direção dos trabalhos desta CPI, que tem se comportado de maneira imparcial no processo de acompanhamento



e de condução dos trabalhos. E acho que nós precisamos, ao nos aproximarmos da análise desse relatório, garantir essa agenda do debate. Eu não tenho nenhuma pergunta porque, na verdade, um dos Deputados que me antecedeu já fez a pergunta que era interessante para esse objeto, que foi: há recurso do BNDES na Sete Brasil? Zero. Houve relação, houve tráfico de influência? Zero. Então, não há o que se discutir.

Agora, um banco como o BNDES participar de uma estruturação para a retomada da indústria naval brasileira, isso é função dele. É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Se ele não estivesse fazendo isso, nós não teríamos hoje, mesmo com a perda dos empregos nessa área portuária, saído de 8 para 80. Vamos lá que, nesta crise atual, perdemos 10 ou 14, mas ainda está no lucro, porque essa indústria, na verdade, estava sucateada, acabada.

O nosso esforço aqui é exatamente para garantir que ela continue funcionando e se expandindo, porque essa indústria é fundamental para o desenvolvimento nacional.

Portanto, não tenho mais nada a acrescentar em relação ao questionamento porque, em relação a uma possível relação do Sr. Pedro Barusco com o BNDES, para mim, ficou claro que não há esse *link* e, a partir daí, eu não tenho o que perguntar. O que eu teria que perguntar é sobre o seu trânsito dentro do BNDES, sobre recursos do BNDES. Não tem! Então, perdeu o objeto.

Era isso o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, rapidamente, só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Betinho tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Parece que o Deputado Davidson Magalhães não está acompanhando a imprensa. S.Exa. não deve ter lido que o Tribunal de Contas constata quase 1 bilhão de prejuízo do BNDES com o financiamento da JBS. Não deve ter visto também que houve operação de busca e apreensão em relação aos contratos do Sr. Bumlai na sede do BNDES. S.Exa.



certamente não deve ter percebido o que a imprensa tem dito em relação aos financiamentos que estão sendo feitos, que estão sendo investigados dentro do Tribunal de Contas.

Portanto, acho que a CPI tem sentido em continuar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente, questão de ordem, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Davidson Magalhães, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu quero afirmar que eu leio, que eu observo, mas vejo o quanto não há de substância em nenhuma dessas denúncias. Primeiro, um banco que faz investimento... Nós estamos querendo criar uma nova categoria de banco, que é um banco que faz empréstimos sem risco. Um banco que tem inadimplência de menos de 1% é um banco extremamente eficiente.

Em relação a essas denúncias, primeiro, não foi busca e apreensão, foi uma solicitação de informação e de documentos. E, até agora, não foi demonstrada nenhuma — nenhuma — irregularidade nesses levantamentos que foram feitos.

A imprensa brasileira, essa grande mídia brasileira, nós sabemos a quem serve. Ela não serve aos interesses nacionais. Essa imprensa quer ver o País sem BNDES, quer ver o País sem PETROBRAS, quer ver o País sem desenvolvimento. Com relação a essa grande imprensa brasileira, todos nós sabemos a quem serve. Todos nós sabemos a quem serve.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Como? Não. A imprensa é responsável por parte dessa crise. É responsável por parte dessa crise.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Olhe, eu estava brincando, mas V.Exa. *(ininteligível)*... a imprensa é a culpada pela crise nacional. Muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Davidson, por gentileza...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu não sou parcial, eu não sou pautado...



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não é o PT, não é o partido do Governo, é a imprensa a responsável pela crise econômica...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu não sou pautado, eu não sou pautado...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - É uma piada, Deputado Davidson, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu não sou pautado pela *Veja*, eu não sou pautado pela *Época*...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não, nem venha, não. Não é isso, não.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu não sou pautado por essas revistas irresponsáveis, que hoje fazem um ataque aos interesses nacionais.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, de fato é cômica essa afirmação...

(Os microfones de ambos os oradores são desligados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou retomar a ordem de inscrição. Agradeço a participação de V.Exas. Sem dúvida alguma, esses debates estimulam cada vez mais o Presidente a solicitar a prorrogação dos trabalhos desta CPI.

Com a palavra o eminente Deputado Edio Lopes, a quem concedo 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu não poderia começar a minha fala sem me referir ao Deputado João Gualberto, que mais uma vez...

(Não identificado) - Não, o *impeachment* que não interessa é o de Cunha.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ele que, mais uma vez, faz manifestações indevidas nesta Comissão. Mas Platão já dizia: "*O sábio fala porque tem alguma coisa a dizer; o tolo, porque tem que dizer alguma coisa.*"

Eu quero começar dizendo também, Sr. Presidente, que o que nós vimos, ao longo dos trabalhos desta CPI, foi uma tentativa constante de arrastar a Lava-Jato para dentro da CPI do BNDES.

Aqui se falou muito na operação do BNDES com a JBS, e o que eu vou falar aqui eu quero que algum Deputado que tiver números diferentes interrompa, por favor.



Na operação do BNDES com a JBS foram feitas consultas a 13 bancos e, entre estes, muitos eram de fora. Dos 13 bancos, 9 cotaram, dentro de uma operação semelhante, as ações da JBS em valores acima de 7 reais — foram 9 bancos, incluindo Santander, Bradesco e outros grandes bancos nacionais.

Pois bem, o que nós estamos vendo na conduta do TCU é que o órgão pegou um momento. O BNDES adquiriu ações naquela operação da JBS ao valor de R\$ 7,04. O TCU fez as contas em um dado momento — e nós sabemos do sobe e desce das ações —, em que constatou um suposto prejuízo de mais de 1 bilhão de reais.

Eu quero dizer aos doutos economistas desta Comissão para consultarem hoje a Bolsa de Valores. A ação da JBS, adquirida a R\$ 7,04, está sendo cotada — comprada e vendida — hoje, na Bolsa, a R\$ 12,66. Eu quero que me mostrem onde está o prejuízo que o TCU alegou, e alegou com os números que ele fez no momento.

Naquele momento, eu não iria dizer aqui que a matemática do TCU estivesse incorreta. Mas foi naquele momento, e nós sabemos que essas operações são operações de longo prazo.

E, só para desmistificar essa história de prejuízo de BNDES com a JBS: primeiro, a operação teve um suporte de pareceres de 13 grandes bancos nacionais e internacionais. Agora, aqui também se fala do possível empréstimo que o BNDES faria à Sete Brasil, e aqui se falou da Operação Lava-Jato, e eu quero uma vez mais lembrar aos doutos, aos meus queridos colegas Deputados desta Comissão que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social abortou a operação antes do *start* da Operação Lava-Jato. Então, não me venham aqui dizer que o BNDES não aportou recursos a essa operação PETROBRAS/Sete Brasil por conta da Operação Lava-Jato.

Quero perguntar ao depoente, ao colaborador da Justiça, mas antes vou fazer um comentário, Sr. Presidente. No Brasil, o Judiciário adotou a seguinte metodologia agora: prende-se o suspeito até que confesse e faça a delação de todo mundo. Aí então o soltam.

Quando é para as pessoas virem ao Congresso Nacional — este sim, representante da sociedade —, o Judiciário é festivo na expedição de *habeas*



corpus. Agora, lá, o cidadão mofa na cadeia, como acontecia durante a inquisição, há 500 anos, até que ele confesse. Eu quero fazer uma única pergunta: na negociação que o senhor fez com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, é óbvio que nós sabemos que entrou diminuição de pena e uma série de coisas, mas eu lhe pergunto: o senhor ali declarou o seu patrimônio. Nessa negociação o Judiciário também separou uma parte do seu patrimônio para não entrar no confisco, vamos dizer assim, para fazer frente ao desvio dos recursos aqui, já por demais confessado pelo senhor? O senhor resguardou nessa negociação parte do seu patrimônio, mesmo aquele patrimônio mínimo para o dia a dia?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, a negociação não foi assim, muito rápida, porque, primeiro, eles quiseram que eu discriminasse todo o patrimônio. Aí eles estabeleceram... Bom, primeiro eles falaram assim: tudo o que ele julgou não lícito... Tinha até uma parte um pouco duvidosa. Ele simplesmente confiscou tudo que estava lá fora. E aí avaliou o meu patrimônio e colocou uma multa de 6,5 milhões de reais. E aí restaram esses bens que eu falei para o senhor, que eram considerados lícitos pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A minha pergunta não foi essa, Sr. Barusco.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desculpe.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A minha pergunta foi se os advogados que o assistem e o senhor negociaram com o Judiciário que o senhor iria colaborar com a Justiça, mas que, além da redução de pena e outros benefícios que a lei lhe assiste, o senhor também resguardaria, nessa negociação, parte do seu patrimônio, de modo que o senhor continuasse levando a vida, como todos nós devemos levar.

Esta é a pergunta: na negociação, uma parte do seu patrimônio ficou resguardado? Aí não entra multa, confisco nem nada que faça frente aos valores que o senhor confessou ter...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi assim, exatamente assim. Só que depois veio uma ação de improbidade e bloqueou todos os meus bens. Vieram várias ações...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas, se na negociação o senhor resguardou parte do seu patrimônio, não poderia a ação de improbidade alcançá-la.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É, mas alcançou. Está bloqueado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu repito aqui uma vez mais e encerro: o que nós vemos no Brasil hoje? O estatuto da delação premiada é extraordinário e imprescindível para o mundo moderno. Agora, o Judiciário não pode fazer acordo de delação premiada com toda a quadrilha, Deputado Haddad, porque senão toda mundo vai para a praia com tornozeleira, sei lá o quê.

Então, é preciso que, ao término desta CPI — toda CPI é um aprendizado —, nós melhoremos esse estatuto. Não se pode fazer novos acordos de delação premiada para saber o que a Justiça já sabe, o que já está comprovado! Essa é uma situação que deveremos analisar *a posteriori*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edio Lopes.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu agradeço a intervenção do Deputado Edio Lopes e acho que ele reforça uma necessidade nossa — já houve tentativas nesta Comissão.

Vejam, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa e tem um estudo preliminar que aponta um prejuízo de quase 1 bilhão nesse financiamento em 2008 e 2009. E isso só reforçou a necessidade de um representante do Tribunal de Contas vir aqui falar conosco, apresentar seus relatórios. A base do Governo não quis, rejeitou o requerimento.

Então, eu queria ver isso com V.Exa., até porque nós visitamos o Procurador Marinus Marsico e ele se prontificou a vir, se for convidado. Inclusive, pergunto a V.Exa. se é possível, neste espaço exíguo, ridículo e irrisório de tempo, trazê-lo aqui.

Já que a base do Governo tem tanta segurança em que o Tribunal de Contas está falando bobagem, vamos trazer representantes dele aqui para que apresentem as análises sobre esse contrato e também sobre outros que o Banco tenha com outras empresas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho, neste espaço de prorrogação de 15 dias nós estamos, inclusive, impedidos de deliberar sobre convocações, promover oitivas ou coisa que o valha. Mas eu acredito que nós vamos ter uma luz no fim do túnel.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, só quero complementar o que estava falando. O BNDES vendeu à Caixa Econômica uma grande soma das ações adquiridas junto à JBS por mais de 14 reais, sendo que elas foram compradas por 7 reais!

Então, é preciso que analisemos o todo. Nós não podemos ser aqui o fundamentalista religioso que pega um versículo e interpreta toda a Bíblia. Nós precisamos interpretá-la como um todo, e isso o TCU definitivamente não fez.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - V.Exa. poderia relatar os demais Líderes que assinaram esse requerimento de prorrogação por 15 dias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou solicitar cópias e enviar a todos os membros.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - O senhor tem à mão? Poderia ler, por gentileza?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Exa. pode elaborar um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu já o estou produzindo.

O requerimento é do Líder do Governo, Deputado José Guimarães, do Deputado Sibá Machado, do Deputado Eduardo da Fonte, do Deputado Jovair Arantes, do Deputado Rogério Rosso, do Deputado Maurício Quintella Lessa, do Deputado Afonso Motta e do Relator, Deputado José Rocha. Foram esses que assinaram o requerimento.

Eu vou tirar uma cópia e vou enviar a V.Exas., para que V.Exas. possam ter o inteiro teor a respeito dessa questão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É para encerrar a CPI, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, nós vamos trabalhar, nós vamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, o requerimento é para encerrar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, prorrogação de 15 dias apenas.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - É para encerrar, então, se é para prorrogar por 15 dias!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Nós vamos trabalhar nesse sentido. V.Exa. pode entrar com novo requerimento, solicitando novo prazo para que possa ser reavaliado pela Presidência da Casa e pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Veja, Deputado Alexandre Baldy, a informação que tenho, inclusive do próprio Presidente, é que isso foi deliberado pelos Líderes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Pelo Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso passou pelo Colégio de Líderes. Nós vamos tentar sensibilizar o Colégio de Líderes e mostrar a S.Exas. o disparate que ocorreu na prorrogação de todas as CPIs. Não é justo e não é de bom termo. E nós não temos nada contra a outra CPI: nós temos a favor do funcionamento e da prorrogação dos nossos trabalhos. Mas é um disparate prorrogar uma CPI por 60 dias e a outra por 15 dias.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - A dos Fundos de Pensão é um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É claro que nós precisamos encontrar o bom senso e o meio termo com relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas V.Exa. tem que entrar com novo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos entrar. Nós já estamos trabalhando nisso. Eu quero, ainda hoje, dar uma boa notícia a V.Exas.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - V.Exa. respondeu. Eu ia indagar a V.Exa. se, em sendo aprovada a prorrogação no Congresso, como foi ontem, se haveria uma forma de prorrogar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Temos, ainda temos. Ainda há uma luz no fim do túnel, Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu devo ressaltar a habilidade de V.Exa. E todos nós confiamos nela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Nós vamos retomar as inscrições. Vou conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Miguel Haddad, pelo tempo de 5 minutos, por permuta com o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Pedro Barusco, Srs. Deputados, eu também quero ir ao encontro das manifestações aqui em relação à prorrogação dos trabalhos da CPI. A CPI praticamente iniciou os seus trabalhos. Não há como nós termos conclusões, relatórios definitivos. Nós teríamos meios-relatórios, meias-CPIs. Nós temos ainda uma série de convocações que são importantes. E para que nós possamos, de fato, ter um desfecho, independentemente do resultado, mas termos um desfecho, é fundamental que nós possamos prorrogar esta CPI. O prazo de 15 dias é um prazo que não permite qualquer tipo de avaliação.

De fato, fica uma demonstração muito clara de que há uma blindagem em relação a alguns nomes, principalmente da classe política e da classe empresarial, porque não há nenhuma justificativa, nenhuma razão, de forma objetiva, para que se encerrem os trabalhos. Eu gostaria que algum Deputado me justificasse por que a não prorrogação. Qual é a motivação da não prorrogação? Alguém consegue justificar qual é o prejuízo em prorrogar esta CPI?

Na minha opinião, se não houver a prorrogação, a CPI não termina também. Os trabalhos em relação ao BNDES podem acontecer até de forma paralela, eles podem ocorrer; não terão os mesmos resultados. Mas é essencial, Deputado Edio Lopes. V.Exa., que é um Deputado absolutamente equilibrado, justo, coerente, tenho certeza de que vai subscrever a prorrogação, até por sua história. Tenho clareza de



que esse prazo é um prazo que não nos permite... Vale o bom senso! Vale o bom senso!

Eu não posso deixar de fazer aqui uma fala em relação ao Deputado João Gualberto, que é um Deputado que às vezes externa a sua indignação com certa intensidade, mas é um Deputado correto, trabalhador, que tem envolvimento com o Congresso e com a sua base. É alguém que tem uma história como Prefeito e que, às vezes, de fato, externa essa indignação com um impulso maior.

Não há dúvida nenhuma de que todos os fatos, todos os dados, todos os indícios apontam para pelo menos uma exigência em relação a essa prorrogação. Então, eu queria fazer novamente esse apelo.

Eu queria indagar, Sr. Pedro Barusco, ao senhor: na delação no âmbito da Operação Lava-Jato, o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, o operador Fernando Baiano, relatou negociações nas quais atuou em favor da OSX, a empresa de Eike Batista, com o objetivo de viabilizar, via pagamento de propina, a aquisição de navios-sonda pela Sete Brasil. Essa operação, o senhor já afirmou, acabou não se concretizando.

Segundo o delator, parte das negociações, em 20 de novembro de 2012, o Sr. João Carlos Ferraz, pela Sete Brasil, e o Sr. Luiz Carneiro — funcionário da OSX que depois entrou na Sete Brasil —, e o amigo do Presidente Lula, o Sr. José Carlos Bumlai, que esteve aqui conosco durante esta semana... E ele teria inclusive adiantado parte dessa propina para o Sr. Bumlai para pagamento de dívidas da nora do ex-Presidente Lula. Eu queria que o senhor relatasse um pouco sobre isso. Qual foi esse envolvimento, as razões, por favor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Deputado, foi bom o senhor ter falado, porque a gente vai remexendo no passado e as coisas vão aparecendo. Apareceu aqui agora: é um esclarecimento que, eu acho, vai ser bastante importante. Porque, na realidade, houve dois processos onde a OSX esteve envolvida com a Sete Brasil. Então, se a gente não separar bem os dois processos, a gente acaba confundindo um processo com o outro. Então, é o seguinte: o primeiro processo foi naquele momento em que a gente montou a proposta das 21 sondas. E eu já tinha falado aqui que eu tinha que escolher os estaleiros. Então, nesse momento, a gente recebeu proposta da OSX para os estaleiros. E realmente



não foi a melhor proposta. Ela não deu uma proposta técnica, vamos dizer, robusta. E não foi selecionada. E encerrou o assunto, esse assunto. Agora que eu me lembrei, houve um outro envolvimento da OSX. Aí foi o seguinte: após a Sete Brasil ter ganhado 21 sondas, tinha tido uma proposta, durante essa licitação, de mais cinco sondas, que foi uma proposta oferecida pela empresa Ocean Rig. E a PETROBRAS continuava com demanda por sondas. Então, houve uma tentativa — agora estou lembrando isso —, houve uma tentativa da Sete Brasil de, junto com a Ocean Rig, se transformar em operadora, de também contratar essas cinco sondas. Só que esse assunto não foi conduzido por mim, foi conduzido pelo Ferraz. E foi aí que se tentou — agora eu lembrei — fazer com a OSX. Então, eu não tenho conhecimento de propina ou discussão de propina naquele primeiro processo. Isso não teve. Pelo menos eu não discuti isso com a OSX.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - E no outro?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - No outro eu também não participei. Então, se houve, foi nesse segundo processo. E é onde eu realmente cheguei a ver o Sr. Fernando Baiano, naquela reunião que eu falei — eu lembrei agora —, estava também sabe quem? O Sr. Hamylton Padilha, que era o representante da Ocean Rig. Então, agora me clareou a mente. Porque eu falava: *“Ué, mas comigo não houve nada! A OSX simplesmente não apresentou uma boa proposta. E encerrou o assunto.”* Só que agora eu lembrei que depois houve essa continuação. Só que eu estava totalmente envolvido nas 21 primeiras. Então, eu não participei desse segundo processo, que foi a tentativa de unir a OSX, a Ocean Rig e a Sete Brasil, e contratar mais cinco sondas junto à PETROBRAS. Então, essas declarações do Sr. Bumlai e tal, eu remeto a esse segundo processo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - E que o senhor não tem informações.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor não sabe se, de fato, houve essa antecipação...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - ... esse pagamento por parte do Sr. Bumlai para a nora do então ex-Presidente Lula.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor nunca ouviu nada a esse respeito?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não participei desse... Inclusive eu não sentei nenhuma vez; nenhuma reunião sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel Haddad.

O próximo orador inscrito... Antes concedo a palavra ao Deputado André Fufuca, Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, aproveitando o pronunciamento do brilhante Deputado Edio Lopes, ele nos clareou aqui um fato que até então era desconhecido: que parte do seu patrimônio foi colocado de lado da delação e das multas, empenhos, entre outros que a Justiça iria praticar, com conhecimento da Justiça. Eu lhe pergunto: foi com parte desse patrimônio colocado à sua disposição que V.Sa. pagou o seu advogado?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi, claro, o meu patrimônio! Por que advogado...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O seu advogado foi pago, então, com fruto da corrupção na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. É o que eu falei: quem estabeleceu o volume, a quantia confiscada, a quantia de multa, foi o próprio Ministério Público e a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nós sabemos que foi o Ministério Público. Porém, o montante do recurso era fruto, como vários Deputados falaram, de milhões e milhões desviados da PETROBRAS. Eu lhe faço a mesma pergunta: a sua defesa foi paga com recurso desviado da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foi paga como?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Com a parte lícita. O Ministério Público separou o que era lícito e o que era ilícito. O que era ilícito ele confiscou, deixou o que era lícito, e ainda cobrou 6,5 milhões de multa.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. É notório — inclusive, a própria imprensa por várias vezes ventilou — que a sua defesa cobrava milhões, a sua defesa cobrava milhões. Isso são vários e vários artigos da imprensa dos mais diversos meios. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Por favor, doutor, por favor! Eu estou arguindo a ele, por favor!

Então, eu lhe pergunto: se a imprensa estiver correta, V.Sa. alocou uma quantia milionária para pagar a sua defesa. V.Sa. é um funcionário da PETROBRAS. Não sei quanto era a sua remuneração, porém o valor difere — e muito — até das quantias acumuladas de poupança ou de outras fontes de reserva. Por isso estou lhe perguntando: o recurso pago ao seu advogado é recurso lícito ou recurso desviado da PETROBRAS? É bom que se esclareça a esta Comissão, para que se tenha ciência, até porque a sua defesa parou todos os processos que tinha vigentes e alegou que iria paralisar o seu escritório por ameaças. E o que nós estamos vendo aqui não são ameaças. Estamos vendo aqui possíveis fraudes para pagamento de defesa.

Então, aqui é uma CPI. V.Sa. não é obrigado a falar, porém, se falar, tem que falar a verdade, sob cumprimento de penalizações impostas pela Constituição e pela lei. E faço novamente a pergunta: o recurso para pagar a sua defesa foi o recurso do dinheiro desviado da PETROBRAS ou foi dinheiro lícito?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Dinheiro lícito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Lícito colocado pelo Ministério Público, é isso? V.Sa. disse agora há pouco que do que tinha foi retirada uma parte, e essa parte foi colocada como lícita pelo Ministério Público. Mas V.Sa. mesmo assumiu que esse dinheiro era ilícito.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não foi isso que eu falei. Eu falei que tudo que era ilícito foi confiscado. Do que sobrou, que era lícito, ela ainda colocou uma multa de 6,5 milhões. E eu estou pagando os advogados. Eu estou quase a zero. Quer dizer, Do meu patrimônio sobrou o que está bloqueado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Os 6 milhões eram em cima da parte lícita?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sub-Relator.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

Há sobre a mesa requerimento assinado pelo Líder do PPS designando o Deputado Arnaldo Jordy para utilizar os 3 minutos destinados ao PPS. Somando-se ao tempo de inscrição — 5 minutos mais 3 minutos —, o Deputado Arnaldo Jordy dispõe de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Relator, Srs. Sub-Relatores, membros desta CPI, senhor depoente, Sr. Barusco.

Sr. Presidente, eu queria inicialmente fazer algumas observações em relação ao muito que já foi dito aqui hoje. Primeiro, quero me solidarizar com o esforço de V.Exa. no sentido de tentar ampliar o prazo para a conclusão desta CPI. Realmente, foi um comportamento estranho, porque foi assimétrico. A CPI da causa animal, com todo o respeito — até porque eu integro essa CPI também, sou suplente lá e tenho atuado —, teve uma prorrogação de quase o dobro do tempo desta CPI do BNDES.

Então, quero me solidarizar com V.Exa., no que for possível, para sensibilizarmos a Mesa da Casa e o Presidente para tentar alterar isso. Conte com o nosso apoio.

Segundo, eu fico absolutamente impressionado com a capacidade metamórfica de alguns Deputados aqui de fazerem uma leitura do que está acontecendo nesta CPI como se nós estivéssemos em Marte, na Lua, fora do planeta. É impressionante isso.

Vejam bem, nós negamos aqui a convocação do Grupo JBS, que é uma das razões da existência desta CPI. Não é que estejamos aqui nos pautando pela mídia. E eu, ao contrário do Deputado Davidson, acho que a mídia e a imprensa têm um papel importante, em que pesem as reservas que se possa fazer a esse ou àquele comportamento da mídia. Mas essa chamada mídia oficial, a grande mídia...

Na década de 1980, das greves do ABC, quando várias lideranças foram presas, Lula, Osmarzinho, Alemão e tantos outros eram capa da *Veja* da época, da *IstoÉ*, era solidária a essas pessoas vítimas do regime militar. Essa insana reserva,



a chamada imprensa oficial, não era conceito de alguns que agora reverberam contra a mídia.

Todo o processo da redemocratização, inclusive do *impeachment* do ex-Presidente Collor, até de forma retardada, foi também presente e encantado pela mídia, e essa mídia não era criticada. Ao contrário: era vista como um instrumento favorável ao processo libertário, democrático, etc. e tal. Agora, viraram os conceitos completamente.

É muito estranha essa metamorfose, essa mudança repentina de opiniões e de conceitos, de acordo com a conveniência de cada um, não é?

Então, nós rejeitamos a vinda do Grupo JBS a esta CPI. Agora, diante das revelações do Tribunal de Contas da União, pesam em desfavor do BNDES — portanto, leia-se, do Brasil — mais de 1 bilhão de reais, apenas na investigação feita até agora. E, ainda assim, continua-se dizendo que o BNDES não tem nada a ver com isso.

As ações do Grupo JBS, como bem ilustrou aqui o Deputado Edio Lopes — e as informações de S.Exa. são incontestes nesse sentido —, estão valorizadas. Mas é isto que nós temos dito: o Grupo JBS foi protegido, foi blindado por esses interesses promíscuos que envolvem as instituições da República nesse Governo, em detrimento exatamente de outros que faliram.

Nós já ouvimos aqui, Deputado Edio Lopes, nesta CPI, pelo menos três grupos, que vieram aqui dizer o seguinte: “*O tratamento foi assimétrico. O tratamento dado ao Grupo JBS foi um, em detrimento do nosso, que somos concorrentes.*” E o que acabou acontecendo? Esses grupos quebraram, e a JBS chega, em seguida, com o lenço na mão para enxugar as lágrimas de sangue daqueles que acabaram sendo prejudicados pela prática diferenciada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Então, esta CPI, Sr. Presidente, recusou, pela blindagem das forças governistas aqui, Deputado Edio Lopes, Deputado Davidson Magalhães, a vinda de um técnico do Tribunal de Contas da União. Nós chegamos a esse mico. Nós pagamos esse mico para a opinião pública. Quando digo “nós” é porque acaba atingindo todo mundo, mas os senhores são responsáveis pela CPI ter se desmoralizado, de certa forma, diante da opinião pública, ao negar a vinda de um



simples colaborador para esclarecer. As pessoas estão com medo de ouvir. As pessoas estão com receio de estar frente a frente com a verdade.

Nós fomos lá ouvir o Sr. Marsico, procurador. Cargo de carreira. Não foi nomeado por ninguém, não: carreira do Tribunal de Contas da União. E ele disse o seguinte: *“Do jeito que está, o BNDES é prejudicial aos interesses do País.”* Nós ouvimos lá. V.Exa. ouviu, Presidente. Outros ouviram esse depoimento do técnico do TCU.

Eu faço até um desafio, Deputado Edio Lopes: V.Exa. poderia rever a sua posição, a posição da base do Governo, e a gente o convidar. Não precisa nem dirigir para esse ou aquele: chama. Que o TCU possa mandar alguns técnicos aqui para nos esclarecer sobre o BNDES. Qual é o medo de ouvi-los?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - V.Exa. faça o requerimento, que eu assino, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, pronto. Está feito. Vamos fazê-lo, está certo? Porque V.Exa., da outra vez, recusou um técnico do TCU, que é pago para nos auxiliar, que é pago pela sociedade para nos auxiliar e vir à CPI prestar esclarecimentos. Então vamos lá. Vamos avançar.

Antes de fazer objetivamente as perguntas, eu ainda tenho um tempinho, Sr. Barusco. V.Sa. está aqui como colaborador desta CPI, evidentemente, mas isso não desfaz a sua condição de criminoso. O senhor praticou crime, o senhor é um criminoso. Foi constatado: desviou recursos, pela sua própria delação da PETROBRAS. Isso é crime previsto no Código Penal, no Código de Processo Penal, no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda que o senhor esteja colaborando com a Justiça e com esta CPI, isso não desfaz, não o isenta da sua condição de criminoso, como criminoso são o Sr. José Dirceu, o Sr. Delcídio do Amaral, o Sr. Delúbio, o Sr. Genoino, o Sr. Vaccari, todos eles condenados e presos. São criminosos também, praticaram crime, todos aqueles que estão sendo indiciados.

Objetivamente, Sr. Barusco: o senhor afirmou, nos termos da colaboração prestada à Polícia Federal, que, no âmbito do seu acordo de colaboração premiada em relação à Sete Brasil, a fonte de financiamento principal da Sete Brasil foi o BNDES e que a iniciativa de sua criação foi sua e do João Carlos de Medeiros Ferraz, com o intuito inicial de atender às demandas de sondas no Brasil.



O senhor disse também que a Sete Brasil foi constituída com capital privado e recursos provenientes dos fundos de pensão: da PETROS, da PETROBRAS; do PREVI, do Banco do Brasil; do VALIA, da Vale do Rio Doce; e da FUNCEF, da Caixa Econômica — isso está no seu depoimento, V.Sa. confirma, claro —, bem como dinheiro dos bancos BTG Pactual, Bradesco e Santander.

Na página do BNDES, de 16 de janeiro de 2014, constava que o Banco havia aprovado apoio financeiro no valor de 8,8 bilhões, aproximadamente, para a Sete Brasil, além de dar o sinal verde para a sua empresa de participações, a BNDESPAR, subscrever até 1,2 bilhão de debêntures conversíveis em ações a serem emitidas pela *holding* Sete Brasil Participações S.A.

Como a iniciativa de criação da Sete Brasil foi sua e do Sr. Ferraz, que em seguida foi designado Presidente da empresa, eu pergunto... O senhor, pelo gestual, já está, digamos assim, concordando com todo esse preâmbulo que eu fiz desse enredo.

Eu pergunto objetivamente: quem negociou com o BNDES? Foi o senhor? Foi o Sr. Ferraz? Foi outra pessoa do grupo? Quem negociou e convenceu os maiores fundos de pensão a investir na Sete Brasil? Qual foi a razão disso? Qual foi o aporte inicial de cada parte na integralização de capital nessa nova empresa? Qual foi a participação dos bancos privados? O senhor e o Sr. Ferraz agiram sozinhos para construir essa articulação, essa grande articulação financeira e administrativa ou o senhor teve ajuda de alguém? Se o senhor puder nos revelar, quem colaborou? E o senhor confirma que houve encontros entre o ex-Presidente da Sete, o Sr. Ferraz, e o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Em que circunstâncias isso aconteceu?

Era a primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em relação a essas informações financeiras, eu não posso dizer que está correto ou que está errado, porque não fui eu quem negociou. Quem negociou, inicialmente, com o BNDES, com os fundos e tal foram o Ferraz e a equipe dele, quando ainda estava na PETROBRAS. Começou naquele momento. E esse trabalho todo era o trabalho dele. Eu não me envolvia nessas... Eu tinha, vamos dizer, uma...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só para entender. Desculpe-me, eu não quero conturbar o seu depoimento, ao contrário. É só para esclarecer: o Sr.



Ferraz, enquanto era da PETROBRAS, fez essa articulação em favor da Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Começou, começou os processos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Foi ele quem começou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Certo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - E depois ele mudou, saiu da PETROBRAS e foi para a Sete Brasil, e continuou, deu prosseguimento. Na Sete Brasil, a gente... Eu fui o empregado número dois, a número um foi a agente jurídica. E aí a gente cresceu o *staff* rapidamente, porque acho que em 1 ano a gente estava com 50 pessoas, porque a demanda de trabalho era muito grande, principalmente nessa parte contratual e jurídica. Mas, por exemplo, se o senhor me perguntar qual era o envolvimento com os cinco estaleiros, com os 18 operadores e tal, dessa parte toda aqui que eu fazia, eu tenho muito mais informação. Da parte financeira quem cuidava era o Ferraz, e ele tinha... Ele tinha também — se eu não me engano — um contrato de suporte para estruturação, ou seja, um contrato de prestação de serviço que dava suporte a ele para fazer essas negociações também. Ele tinha na área dele. Então, essas perguntas da área financeira, das debêntures e tal, eu sei de ouvir falar, de comentar e tal, mas eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o que o senhor sabe de ouvir falar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Colabore conosco. O senhor aqui está como colaborador. O senhor pode prestar um grande serviço ao País e à sociedade brasileira. O senhor já está enquadrado, já foi delatado, já... O senhor nos ajude.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, eu sei, mas eu não ouvia nada ilícito. Eu ouvia falarem “*Não, talvez a debênture conversível em ação tenha uma taxa menor do que o financiamento direto*”, esse tipo de coisa, natural de análise financeira, mas eu não participava, eu ouvia falar nos entremeios. Eu participava mesmo era da montagem da proposta comercial, da negociação com os estaleiros, da negociação com os operadores — isso realmente —, com o



departamento jurídico e com a PETROBRAS, discutindo, que com a PETROBRAS era muito difícil discutir as questões operacionais dos itens contratuais dos contratos da PETROBRAS. Então, esse era o meu papel. Então, essa questão financeira... E, quando eu falei que o principal financiador da Sete Brasil era o BNDES, era na minha cabeça. O BNDES era uma figura-chave, uma figura importantíssima para a Sete Brasil: a grande parte do financiamento estava calcada em recursos do BNDES. Agora, qual foi o fluxo financeiro, se desembolsou, desencaixou, isso eu não sei. É o que eu disse: quando começaram as obras, e aí eu logo saí, teve um pequeno fluxo financeiro, que eu acredito que tenha vindo de *equities*, aporte mesmo dos sócios, alguma coisa de algum *bridge*. Eu me lembro de ele falar de Itaú também — parece que o Itaú fez algum empréstimo, uma coisa assim. Mas eu não me envolvia. Ele tinha que providenciar os recursos que eu ia gastar nos contratos, e os cronogramas físico-financeiros, até o momento em que eu saí da Sete, estavam casados, ou seja, todos os cronogramas físicos foram cumpridos e o financeiro foi atendido. Então, dali para frente, eu não sei o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Barusco, permita-me o seguinte. V.Sa. disse, agora há pouco, e ratificou mais de uma vez, que o Sr. Ferraz, que cuidava dos negócios financeiros, começou a articular essa engenharia para a constituição da Sete com todos esses fundos. Isso não é uma coisa para qualquer um. Não é qualquer cidadão que resolve fazer uma empresa dessas, com todo esse envolvimento, com empréstimos bilionários, do nada, está certo? Veja bem que o senhor disse que ele começou essa operação enquanto estava na PETROBRAS.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele iniciou lá, o Sr. Ferraz. Há uma informação também — já consta das delações premiadas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo Jordy, peço a V.Exa. que encerre, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vou concluir.

Quem indicou o Sr. Carlos Ferraz para a presidência da Sete Brasil foi o Sr. José Sergio Gabrielli. O senhor confirma isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Olhe, o que eu sei é o seguinte: no estatuto da Sete... É o seguinte: o Diretor de Operações e o Presidente



são eleitos pela PETROBRAS, e o Diretor Financeiro e o de Participações, pelos outros acionistas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sim, mas o senhor concorda que o Sr. Sérgio Gabrielli foi quem indicou...

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Presidente, peço a V.Exa. a observância do tempo, por favor.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi a PETROBRAS, talvez na figura do Sr. Sérgio Gabrielli.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Do Sérgio Gabrielli.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, o senhor confirma que o Sérgio Gabrielli articulou o Sr. Ferraz pra presidir a Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu pergunto: o que levou o senhor, que era o braço direito do Renato Duque, a sair da PETROBRAS para ir para Sete? O que é que o motivou? Financeiramente ou...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O que foi que motivou essa mudança?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não... Na realidade, o que aconteceu foi o seguinte: eu já estava com um problema de saúde, e, em fevereiro de 2011, aconteceram várias coisas: eu estava com problema de saúde, eu completei 55 anos de idade naquele momento, em março, e completei 35 anos de contribuição. Quer dizer, foi tudo ao mesmo tempo. Aí eu pensei — foi uma decisão pessoal: *“Eu vou sair da PETROBRAS”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o que é que o senhor quer dizer com *“completou 55 anos de idade”*?

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Presidente, o senhor precisa observar o tempo. Já extrapolou bastante o tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu tenho 57 anos...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não é isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo Jordy, peço, por gentileza, a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para concluir. Um minuto a mais para V.Exa. encerrar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Um minuto, está certo.

Cinquenta e cinco anos — o senhor é um jovem, absolutamente saudável, cheio de vida, talento para desviar 100 milhões de reais — devolveu na delação premiada...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, diga, Deputado. Nós estamos aqui para esclarecer as coisas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - De dólares. Pois é.

Então, V.Sa. é absolutamente lúcido, saudável, para algumas coisas, não é? Para outras V.Sa. se sentia meio prostrado, já saturado da PETROBRAS, etc. Eu pergunto: V.Sa. conhecia o ex-Ministro José Dirceu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Conhecia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esteve com ele quantas vezes? V.Sa. pode nos revelar? Tinha contato frequente? Era da sua intimidade?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Estive umas duas ou três vezes com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - V.Sa. tratava com ele de quê?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ministro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Hein?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ah, não... Sobre que assunto?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Dirceu. Sim.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Teve uma vez que foi aqui no Palácio do Planalto — ele era ainda da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas qual era o assunto? Qual era a tratativa que o senhor tinha com o Sr. José Dirceu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi projeto...



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Porque constam aqui, pela Polícia Federal, vários encontros seus com o Sr. Ministro José Dirceu. Está no relatório da Polícia Federal.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, houve alguns encontros.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sim. V.Sa. tratava de quê?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, vou enumerar. O primeiro foi um... Eram os projetos das plataformas de produção. Inclusive participou, na época, a Ministra Dilma, que era de Minas e Energia. Depois eu tive alguns jantares na casa do Sr. Milton Pascowitch, em que o seu Zé Dirceu compareceu. Então, foram essas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Tratavam de que nesses encontros? É isso que eu estou lhe perguntando, objetivamente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - De política. Conversava... Conversas gerais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Negócios?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, negócios, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Com ele nunca tratei de negócio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o que é que V.Sa. discutia de política? O senhor é filiado a algum partido político, Sr. Pedro?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor discutia política como, com ele? Um jantar na casa do Sr. Dirceu com Milton Pascowitch...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ...com todos os envolvidos nesse escândalo, nesse lamaçal, e V.Sa. ia tratar de política... Sobre o quê? V.Sa. é candidato a alguma coisa? V.Sa. foi candidato, foi...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, falava dos projetos da PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Aí, negócios, V.Sa. vem aqui cinicamente dizer que não tratavam de negócios.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Com ele, não. Eu tratava com...



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas V.Sa. vai jantar na casa do Zé Dirceu e não tratava de negócio? Tratava de quê? De política?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não é jantar na casa do... Era jantar na casa do Sr. Milton Pascowitch.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Jantares na casa do Milton, ou do Dirceu, ou nos restaurantes, com Dirceu e com Milton, para tratar de política, de futebol, de religião. O que era... V.Sa. vem aqui... E não tratavam de negócios, Sr. Barusco?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - De dinheiro... De dinheiro, eu disse com quem eu tratava. Eu tratava de dinheiro com o Sr. Milton Pascowitch e os operadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu não estou dizendo do que V.Sa. tratava. Eu estou lhe perguntando do que é que V.Sa. tratava, e V.Sa. está gaguejando aí há meia hora, sem saber dizer.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sobre coisas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Gerais o quê? Diga! V.Sa. pode nos dizer o que tratava com o Sr. Zé Dirceu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A gente comentava sobre os projetos da PETROBRAS, política nacional, o que ele estava fazendo. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - E não é porque ele me levava lá pra falar com o José Dirceu. Eu era um dos convidados. Ele estava lá. Eu não fui lá para conversar com o Sr. José Dirceu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas qual a motivação do seu convite?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Com o seu Milton Pascowitch? Discutir negócio com o Sr. Milton Pascowitch.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ah! E o Zé Dirceu junto?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Aí, quando o Sr. Zé Dirceu estava, a gente não discutia negócio.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Aí vocês paravam a discussão quando o Zé...

Tá bom, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Caio Narcio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não há nada de ofensa pessoal, é um conceito do dicionário brasileiro.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo, peço gentilmente a V.Exa... Por gentileza.

Está com a palavra o Deputado Caio Narcio.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu queria pedir que o advogado não se manifestasse, que respeitasse o Parlamentar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Nós temos aqui objetivos! Nós temos aqui objetivos em favor do País. Nós não estamos aqui para fazer graça, nem para aliviar ninguém, nem para nada. Eu estou aqui civilizadamente perguntando coisas objetivas, e que estão sendo tergiversadas aqui, flagrantemente.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, vou lembrar a V.Exas. que ele está investido aqui do manto de um *habeas corpus*...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero só registrar que não há nenhuma intenção da minha parte de ofender a quem quer que seja. Agora, palavras do dicionário têm significados e elas podem ser usadas, mesmo que alguém não goste. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, quero pedir ao Sr. Pedro Barusco que, na medida em que eu for fazendo as perguntas, S.Sa. pudesse ir me



respondendo, e que o pessoal do tempo pudesse contar na medida em que o tempo contasse só com relação às minhas perguntas.

Sr. Pedro Barusco, em algum momento, na constituição da Sete Brasil, houve tratativas no BNDES. V.Sa. participou de alguma reunião no BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nenhuma?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nunca teve contato com ninguém do BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tive, por exemplo, com a apresentação do projeto da Sete. Então, com uma pessoa...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Para quem?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não lembro para quem foi. Mas é, tipo assim, em plenário. Então foi uma pessoa... Eu falei da parte técnica. Eu lembro que teve uma pessoa do BNDES que falou da parte de financiamento, outra falou pela FIPE. Foi tipo um evento técnico. Teve um evento técnico, eu lembro que tinha uma pessoa do BNDES que falou. Não sei se foi a ONIP que convocou. Teve um evento, uma apresentação.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O BNDES participaria da criação, não é isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, o BNDES participaria do financiamento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas ele não participou do conceito, da criação da Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Comigo, não. Não foi a parte que eu desenvolvi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Qual foi sua parte?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Operação e construção das sondas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, exatamente as sondas foram os contratos que seriam financiados pelo BNDES antes do problema, não é isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A construção das sondas.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, era.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Era a tratativa com o BNDES de financiamento.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso. É.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Essa parte não foi discutida por V.Sa. em nenhum momento no Banco?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com ninguém?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. nunca esteve no BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu estive no BNDES uma única vez, quando eu estava na PETROBRAS, mas foi uma reunião técnica, não teve nenhum desdobramento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tá, mas V.Sa. poderia dizer quando?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em 2007, 2008.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas já pra tratar da Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não, era outro assunto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nessa época não se falava sobre Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Talvez até... Se fosse mais... Em 2008, podia estar no início. Mas essa reunião não teve nada a ver com Sete Brasil. Era negócio de plataforma de produção.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. nunca tratou de Sete Brasil no BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com ninguém?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Com ninguém.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. teve uma contratação dos seus advogados e teve um recurso dado à sua conta pelo Sr. Júlio Camargo. V.Sa. pode... Pode-se dizer que o dinheiro do Sr. Júlio Camargo foi colocado para pagar à sua advogada?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não entendi. Eu não, não...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. recebeu dinheiro do Sr. Júlio Camargo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Recebi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Esse dinheiro foi usado para pagar ao seu advogado?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, esse dinheiro foi devolvido.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Qual que é a diferença do dinheiro que foi devolvido e o que V.Sa. tinha?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como V.Sa. separa o dinheiro que é seu e o que é do Júlio Camargo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não estou entendendo a... O dinheiro...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu recebi do Júlio Camargo foi integralmente devolvido ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. recebeu um dinheiro. V.Sa. tem outro dinheiro na sua conta. Quando V.Sa. recebe esses dinheiros... V.Sa. pagou à sua advogada antes ou depois do dinheiro que recebeu do Júlio Camargo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Claro que tem. Obviamente, tem.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O dinheiro... Não tem. O dinheiro...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. recebeu. Pagou ao seu advogado antes de terem tirado o seu dinheiro ou depois?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Antes e depois.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Continuo pagando.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então quer dizer que, antes de terem tomado o seu dinheiro, V.Sa. usou um dinheiro para pagar ao seu advogado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim ou não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não o quê?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O Ministério Público estabeleceu o que era lícito e o que era ilícito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Antes disso, V.Sa. contratou um advogado. Seu dinheiro não tinha sido retirado de V.Sa. V.Sa. usou um dinheiro para pagar ao advogado. Quem garante que esse dinheiro não era o que o Júlio Camargo lhe repassou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu recebia do Sr. Júlio Camargo lá fora. Eu nunca trouxe dinheiro de fora. Todo o dinheiro que estava lá fora foi devolvido.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Todo o dinheiro que estava lá fora foi devolvido.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quando? Antes do primeiro pagamento ou não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Primeiro pagamento do quê?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Da sua advogada.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho que foi depois. Sinceramente, o que isso tem a ver com o BNDES? Eu não entendo isso. Eu estou querendo colaborar, sinceramente, mas esse tipo de pergunta eu não sei o que pode acrescentar. Eu negocieei com o Ministério Público, com a Polícia Federal. Eles investigaram tudo. Eu estou na Receita Federal identificando tudo. Eu estou em todas as instâncias. Agora, umas perguntas que eu não estou entendendo... Eu paguei ao advogado com os meus recursos lícitos que sobraram após a negociação com as autoridades e a assinatura do meu acordo. Ponto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa., depois de ter assumido, de ter desviado 100 milhões de dólares, se coloca aqui como alguém que quer ajudar. Eu também me coloco, mas eu não fiz o desvio de 100 milhões de dólares. Então, as perguntas que eu estou fazendo aqui são para esclarecer os fatos.



V.Sa. não vê conexão, a conexão está aqui, porque a relação dos desvios está diretamente proporcional à criação dos seus atos que participaram aqui dentro. Por isso, saber se V.Sa. pagou ou não advogado com o dinheiro do Sr. Júlio Camargo... Para mim, é interessante saber, para saber qual o interesse do Sr. Júlio Camargo em pagar aos seus advogados.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tá, mas eu não entendi por que o Sr. Júlio Camargo teria pago ao meu advogado. Eu não entendi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por que ele teria pago?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não... Eu não entendo, eu não estou entendendo a ligação, porque eu recebi do Sr. Júlio Camargo uns, sei lá — está lá escrito —, uns 4 milhões de dólares, tudo lá fora. Estavam lá numa conta bancária. Tudo do Sr. Júlio Camargo foi devolvido ao Ministério Público. Agora eu não estou entendendo por que o Júlio Camargo pagaria ao meu advogado. Podia ser outra pessoa, podia ser... Eu não estou entendendo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não está entendendo por que ele queria pagar o seu advogado?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ele nunca falou que queria pagar ao meu advogado. É o senhor que está dizendo agora. É a primeira vez que eu escuto isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É, V.Sa. não sabe por quê.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Então, se o senhor sabe, por favor, me conte. Gostaria de saber.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se eu soubesse, eu não estaria aqui perguntando, meu companheiro.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu também estaria lhe respondendo se eu soubesse.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. responde tudo o que te perguntam, não é?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu já falei tudo...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por que nas outras audiências de CPI V.Sa. não pediu *habeas corpus* e pediu para esta para ficar calado?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu estou calado? Eu não chamei o direito de ficar calado nenhuma vez. Eu só não quero ser humilhado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. pediu um *habeas corpus*. V.Sa. pediu um *habeas corpus* para ficar calado. Sim ou não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Pedi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então pronto. Se V.Sa...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu estou calado? Eu estou calado?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, mas V.Sa. pediu. Se V.Sa. não quisesse ficar calado, não teria pedido.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim. Eu queria me reservar o direito de ficar calado se eu fosse humilhado, só isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Esse é um direito que todo ser humano tem, e V.Sa. terá de mim o respeito com que estou tratando V.Sa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - E de mim também.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só não tente ridicularizar um papel que eu estou fazendo em favor do Brasil. Não é ridículo perguntar se o Sr. Júlio Camargo pagou aos seus advogados, já que ele fez negociações com V.Sa. Talvez ele tivesse medo de V.Sa. falar alguma coisa contra ele, e por isso o interesse de contratar os seus advogados. Isso não é ridículo. Se V.Sa. não quer se humilhado, não tente ridicularizar um Parlamentar que está tentando descobrir a verdade aqui.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu não estou tentando ridicularizá-lo. É que é a primeira vez que eu ouço falar isso. O senhor parece que tem uma informação que eu não tenho. O Júlio Camargo nunca pagou nada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Estou fazendo uma pergunta que não é ridícula — é só isso que eu estou falando.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não é ridícula.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se V.Sa. quer ser respeito, se dê ao respeito, da mesma maneira. Eu o tratarei com o maior respeito.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O.k.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas não tente ridicularizar um Parlamentar que está aqui tentando buscar os fatos. Não é ridículo achar que uma



peessoa que pagava propina para o senhor fora do Brasil tinha interesse em pagar ao seu advogado. Não é ridículo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu não falei...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem interesse e participa de todos os negócios que estão acontecendo aqui, já que a conexão da Sete Brasil tinha um desenvolvimento com o BNDES, ou seja, os fatos estão conectados. Não é fora de razão nem desproporcional perguntar isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu não disse que era ridículo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. disse. Disse: *“não estou vendo propósito, não estou entendendo”*. (Pausa.) V.Sa. tem alguma coisa para contribuir com a prisão, na última semana, do Presidente do BTG, que foi preso junto com o Delcídio do Amaral?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Não tenho, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele participava da construção da Sete Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, normalmente ele tinha um representante no Conselho. Ele não ia lá.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não ele pessoalmente, mas o grupo dele participava?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. nunca tratou nada disso com ele?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. vê alguma conexão da prisão dele com esses desvios? Nos seus depoimentos, V.Sa. fala que tem um processo de desvio que é pago através dessa conexão. Como ele participava? V.Sa. pode dizer se, da parte dele, tinha essa coisa das propinas.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não sabe dizer?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nem que sim, nem que não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Nem que sim, nem que não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Caio, peço por gentileza para V.Exa. finalizar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu até finalizaria, mas eu acredito no seguinte: nós já respeitamos aqui o Deputado Arnaldo Jordy...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O tempo de V.Exa. já está expirado há algum tempo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O tempo do Deputado Arnaldo Jordy também ficou em bem mais do que 10 minutos aqui, e todos tivemos a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas a simetria do tempo dele e o de V.Exa. é a mesma.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele merece mais, não é? Ele merece mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É a mesma. Ela é a mesma.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Está certo, Sr. Presidente. V.Exa. quer que eu encerre as minhas questões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu dou mais 1 minuto a V.Exa., sem problema algum.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Obrigado.

Sr. Pedro Barusco, para encerrar os meus questionamentos: V.Sa. nunca esteve no BNDES para tratar de assunto da Sete Brasil, em nenhum contrato? Não teve relação direta com ninguém do BNDES — Presidente, Diretor, Vice-Presidente?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Em momento nenhum? Nunca tratou disso? Em momento nenhum das conexões com a PETROBRAS houve, em alguma das suas conversas, alguma conexão com o BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Na época da PETROBRAS?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A gente ouvia... Quem cuidava disso era a área financeira, então, às vezes tinha projeto: *“Ah, não, tem que parar, porque ainda não equacionou com o BNDES, ainda está esperando o financiamento”*, coisas desse tipo. Mas eu era informado, eu não era encarregado.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só vou fazer um raciocínio para concluir meu inquérito. Acho que a maior contribuição que V.Sa. pode dar para esta CPI hoje será a partir desta pergunta: V.Sa. assume que houve, dentro da PETROBRAS, desvios que financiavam partidos e projetos econômicos e políticos. Nessa conexão, muitos dos projetos da PETROBRAS passavam e dependiam de financiamento direto do BNDES. V.Sa. concorda que, se o desvio que era feito na negociação passava necessariamente pela liberação do BNDES, seria necessário que tivesse um ator trabalhando dentro do BNDES para liberar a ponta dessa negociação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acredito que não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho que eram coisas independentes.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. acha que termina na PETROBRAS e não tem... A engenharia que funcionava na PETROBRAS para liberar as propinas não funcionaria necessariamente no BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho condição de falar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso é um achismo, já que V.Sa. não tem a conexão. Mas o que nós queremos colocar aqui para encerrar o meu tempo — é a última pergunta que faço — é que, se necessariamente dependia do BNDES e havia uma engenharia dentro da PETROBRAS funcionando para que a propina saísse e virasse um resultado, seja eleitoral, seja propina de corrupção — e era necessariamente passando pela liberação do BNDES —, seria necessário haver uma engrenagem dentro do BNDES para que essa liberação acontecesse, mesmo que V.Sa. desconhecesse... Vou modificar a perguntar, porque assim eu encerro: seria possível fazer as liberações na PETROBRAS sem o financiamento do BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A PETROBRAS tinha várias fontes de financiamento, então...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas, especificamente, com as do BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho que isso é muita engrenagem junta. Eu acho...



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos num caso específico: o gasoduto do GASENE. O GASENE passou por um financiamento do BNDES.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Aí eu pergunto, para finalizar: seria possível ter a corrupção do GASENE se não houvesse o financiamento do BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Seria, desde que tivesse outra fonte de financiamento para o GASENE.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Desde que tivesse, como não teve, a fonte foi o BNDES.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A propina se dava na ligação do contrato de construção, tá?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Certo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É isso que eu digo. Agora, se fosse um financiamento de um banco particular...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - De um banco particular, que seja, mas o financiamento foi no BNDES, que é um órgão do Governo, que promoveu a corrupção na PETROBRAS. Logo, ao se entender por resolução de fato — aí é uma conclusão minha, não é uma fala sua —, se não houvesse o financiamento do BNDES, não teria o dinheiro da PETROBRAS.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, talvez.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nesse caso, não.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Nesse caso a PETROBRAS resolveu fazer o projeto com o financiamento do BNDES. Tinham projetos que ela fazia com recursos próprios, com outro tipo de financiamento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não participou dessa conexão do GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, do GASENE eu participei das licitações para a construção do gasoduto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nada sobre o BNDES?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Nada com financiamento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Obrigado. Eu me dou por satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

O próximo orador inscrito é o Deputado Givaldo Vieira. O Deputado Alexandre Baldy, na condição de Sub-Relator, tem a preferência e solicita que seja o último orador inscrito.

Então, concedo a palavra ao Deputado Givaldo Vieira.

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Presidente Marcos Rotta, Sr. Sub-Relator, Sr. Depoente, Srs. Deputados que acompanham esta reunião, primeiro devo fazer um registro com relação ao comportamento do Deputado João Gualberto nestes trabalhos. Em outra audiência, eu, inclusive, me indispus com o Deputado pela maneira desrespeitosa com que ele se dirigiu às pessoas filiadas ao meu partido e pela forma desqualificada com que se expressou naquele momento. Ele agiu, mais uma vez, dessa forma, aqui. Acho que essa conduta depõe contra o Parlamento brasileiro.

Ele próprio falou de circo, e se ausentou. Eu não diria circo, mas esta CPI tem protagonizado alguns espetáculos deploráveis, porque, não conseguindo chegar a nenhuma informação e a nenhum depoimento que se relacione ao objetivo da CPI, que é a investigação de supostos empréstimos feitos pelo Banco em seu prejuízo, acaba se tornando um palanque para o enfrentamento político que a Oposição faz ao Governo. De maneira que, na minha visão, esta CPI — e eu cumprimento a Oposição pelo esforço que, até o momento, fez para levantar alguma situação —, até o momento, não trouxe absolutamente nada de concreto, de razoável, até mesmo que justificasse o seu funcionamento.

A prova de que ela não deve ser prorrogada por mais tempo do que já foi — esses 15 dias são para que o Relator tenha condições de formular o seu relatório — é a sessão de hoje, é a audiência de hoje. O convocado, o depoente nada tem a esclarecer sobre o BNDES. Então, aquilo a que assistimos aqui é a uma reedição da CPI da PETROBRAS.

Os objetivos desta CPI, então, ficam mais uma vez sem ser esclarecidos, até porque nada em relação ao Banco, com prováveis contratos — como foi levantado, prováveis contratos irregulares — ou em benefício de alguém ou em prejuízo do Banco apareceu. Pelo contrário, em todas as audiências se relatou a capacidade



técnica do Banco e do seu quadro, os resultados operacionais com baixa inadimplência, com um baixíssimo nível de prejuízo.

Então, é um banco eficiente, graças a Deus. E torcemos, no Brasil, para que as coisas funcionem. É muito bom ver que o Banco está funcionando dentro das regras e ajudando a desenvolver o País, um banco que passa por uma CPI desta e chega ao final sem nenhum elemento concreto.

Eu não vou fazer pergunta ao depoente, que está aqui na condição de testemunha, porque ele não tem informação nenhuma para dar sobre o BNDES, como ficou provado. Não tenho também nenhuma pergunta nesse nível a fazer.

De forma que eu encerro aqui a minha observação, Sr. Presidente — nem vou usar todo o tempo. Devolvo a palavra a V.Exa. para a continuidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Givaldo Vieira.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Sub-Relator Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, Pedro Barusco, senhor advogado que o acompanha, todas senhoras e senhores, eu somente gostaria de pontuar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma função, que é cobrada por todos os brasileiros e brasileiras, Sr. Presidente Marcos Rotta. Por onde percorremos o País, Sr. Pedro Barusco, os brasileiros nos questionam por que o BNDES é uma caixa-preta.

Eu não questiono os colaboradores, os servidores do Banco, que acredito que devem trabalhar pelo bem do Banco, pelo bem do País, como instituição financeira que obedece às regras do mercado financeiro, dos bancos e das instituições nacionais e internacionais. Acredito eu que servidores que tenham ali indicações políticas possam, sim, ser questionados, supostamente.

Também percebo que esta CPI, ao longo do trabalho, foi extremamente blindada; muito do trabalho que deveríamos realizar foi evitado. Várias convocações foram evitadas, vários documentos necessários para o andamento correto e idôneo desta CPI foram evitados. O Governo trabalhou de uma forma muito veemente, de uma forma extremamente agressiva para que aqui os trabalhos fossem



interrompidos, para que os trabalhos fossem cessados, para que os trabalhos não conseguissem evoluir.

Eu fui surpreendido por membros da Comissão que não possuem assiduidade, que não estão sempre presentes, questionando a importância deste trabalho. O resultado de todo esse trabalho do Governo em barrar, para utilizar uma palavra mais popular, os trabalhos desta CPI é que, na prorrogação que foi concedida ontem no plenário, Sr. Presidente — a CPI dos Fundos de Pensão foi prorrogada por 60 dias; a CPI dos Maus-Tratos, por 60 dias; a CPI dos Crimes Cibernéticos, por 60 dias — a CPI do BNDES, foi prorrogada por 15 dias. Qual é o receio do Governo e da sua base na continuidade desta CPI?

Os indícios, Srs. Deputados, eu acredito que são extremamente fortes. Não digo que sejam indícios de irregularidades por parte da operacionalização do BNDES, mas há indícios de que ocorreu tráfico de influência e de negligência por parte da escolha da aquisição de participações do Banco.

Eu discordo de companheiros Deputados que falaram aqui anteriormente alegando que a escolha por compra de participação de determinada empresa não tenha gerado prejuízo. Eu já falei isso aqui antes e repito: gerou prejuízo econômico, financeiro e social. No meu Estado, a escolha por um supercampeão gerou um problema social, porque, com a deflagração dessa compra, desse forte apoio por parte do Banco, várias unidades industriais foram fechadas, empregos foram cessados, e a política do Banco, ao invés de criar mais empregos, gerou desemprego, fez com que as pessoas ficassem na rua. Municípios que dependiam única e exclusivamente dessas atividades industriais foram, realmente, prejudicados, e o papel social do banco não obteve seu encontro. Então, quer dizer, o banco somente atuou de forma econômica e social.

No TCU, no relatório em que o TCU questiona a operação específica que nós aqui já discutimos, ele questiona por quê? O Banco pagou 50 centavos a mais do que era cotado na bolsa. Hoje, se a empresa vende as suas ações, ela vende pelo valor que está na bolsa hoje, sem saber se vai haver ágio ou não na aquisição de um terceiro.



Qualquer contribuinte, cidadão, que for à bolsa de valores comprar um papel de qualquer companhia pagará o que estiver valendo na bolsa hoje; não tem ágio ou deságio para se comprar um papel ou um ativo de qualquer empresa.

Se o Banco, realmente, nesse relatório do TCU, órgão acessório da Câmara, do Congresso Nacional, pagou a mais do que estava valendo na bolsa, nós queremos entender o porquê; queremos ouvir aqui o Procurador do Tribunal de Contas para que ele possa explicar esse relatório, esse possível prejuízo de quase 1 bilhão de reais, porque se na bolsa de valores que nós temos no Brasil o papel vale 10, o Banco tem que pagar 10 — ou até, como está comprando um volume de participações extremamente agressivo, deve negociar a sua entrada pelo BNDESPAR.

Por que houve a diferença de 5,90 para 6,40? Por que houve essa distorção dessas aquisições que foram realizadas e dessa concentração que foi realizada?

Essa importância social não foi comentada aqui, porque bloquearam, barraram as convocações, barraram a solicitação de documentos, barraram a quebra de sigilos, barraram praticamente tudo. O que foi conseguido e conquistado pela Oposição o foi com muito suor e dedicação de cada Parlamentar na aprovação de requerimentos que foram importantes e que demonstraram que esses indícios de tráfico de influência realmente ocorreram, o que foi fato na atuação perante o BNDES.

Quer dizer, esta CPI tem, teve e terá um papel fundamental na construção de um novo banco, do respeito ao Erário, do respeito ao dinheiro público.

Nós assistimos hoje no País à deflagração do processo de *impeachment* da Presidente da República, que se dá pela falta de respeito ao dinheiro público, por falta de respeito ao recurso do cidadão. O cidadão paga caro os seus impostos, com o seu trabalho, e o que o Governo Federal faz?

O Banco, hoje, tem uma exposição de quase 50% do seu capital, dos seus ativos, dentro da PETROBRAS. E qual é a preocupação com isso? O Sr. Pedro Barusco foi gerente da PETROBRAS e sabe: a preocupação era nenhuma com a fiscalização da aplicação desse recurso. Aqui, ele muito bem comenta que não era fiscalizado. O Sr. Ministro do Desenvolvimento também disse que não era importante a fiscalização; o que PETROBRAS fazia com esse recurso era um problema da



PETROBRAS. Mas, espere aí: esse é dinheiro de imposto pago pelos brasileiros! Como nós não precisamos fiscalizar o que se faz com o dinheiro público?

Esta CPI tem, sim, a função essencial de dar transparência ao Banco para que não parem sobre ele indícios — e há servidores que podem estar lá trabalhando honestamente, corretamente, lícitamente — de que haja irregularidade. Se hoje se questiona esse papel do Banco é porque pairam dúvidas. Se a Polícia Federal foi à sede do Banco tomar documentos por parte do Sr. Bumlai, é porque há indícios.

Se houve todo esse trabalho por parte da base do Governo em barrar esta CPI — e foi um trabalho muito exitoso ao barrar a CPI, Sr. Presidente, retirando membros do plenário, voltando membros para o plenário, votando, não votando — é porque a Comissão tinha, sim, a possibilidade de atingir um papel que ao Governo não interessava. Se ela só foi prolongada por 15 dias é porque há um receio por parte do Governo que ela atinja objetivos que não interessam ao Governo.

Se não houvesse receio por parte do Governo, qual seria o problema em se prorrogar esta CPI por 60 dias? Quantas vezes foi prorrogada a CPI da PETROBRAS? A CPI dos Fundos de Pensão, em que há também a perspectiva de prejuízos enormes por parte desses fundos, foi prorrogada por 60 dias. Por que o Governo tem receio?

Então, o nosso trabalho, Deputado Betinho Gomes, foi exitoso, e ainda o é, para que se possa promover a transparência por parte do Banco e dos agentes que o operacionalizam, dos gestores que estão à frente do Governo Federal, para que possamos ser transparentes perante o cidadão, que paga caro os seus impostos e que entende que, nas pedaladas fiscais, os compromissos do Governo também ocorreram no BNDES.

Os veículos de imprensa divulgam. Agora, nós não seguimos os veículos de imprensa. Nós não somos pautados por veículos de imprensa. Nós somos pautados aqui pelos indícios e documentos que nos chegam às mãos por parte do BNDES ou aqueles que foram requisitados por esta CPI.

É de fundamental importância, Sr. Presidente, que nós consigamos promover essa extensão a fim de que possamos elaborar um relatório decente, um relatório coerente, e que nós consigamos, até, dar essa transparência à população.



Os nossos eleitores, os cidadãos brasileiros cobram isso todos os dias. Eles cobram isso. Eles falam que o BNDES é uma caixa-preta. Ele é isso na visão do povo, porque se aplica dinheiro e não se sabe o motivo. Por que escolheram a empresa de Eike Batista? Por que escolheram o JBS/Friboi para ser o supercampeão? Qual era o problema do cidadão que esteve aqui sentado conosco, do Independência? Por que ele foi preterido? Ele disse isso claramente. O ex-Presidente da Camargo Corrêa disse claramente que se não houvesse o dinheiro do BNDES, Sr. Barusco, não sairia a Belo Monte. Belo Monte só foi viável porque o BNDES financiou, porque o preço da energia não era suficiente para custear o projeto.

Então, há indícios fortíssimos desse tráfico de influência; que esse projeto de governo utilizou o BNDES como manobra para realizar essas obras, e para que essas obras fossem objeto de propina. Belo Monte já está claro, já está nas delações: foi objeto de propina, e foi utilizado dinheiro do BNDES. A Refinaria Abreu e Lima foi objeto de propina, já está nas delações. Quanto não há de recursos do BNDES? O COMPERJ também, e vários outros projetos da PETROBRAS, Sr. Presidente.

Não há indícios de irregularidade? Tudo bem que pode não haver indício de irregularidade na operacionalização desses contratos, mas há indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, porque eles foram desviados da sua finalidade. E deles foram oriundas as propinas que foram pagas; foram desviados da atividade original. Isso foi claramente colocado aqui pelos depoentes que estiveram conosco. Claramente colocaram que se escolheu uma empresa que doou quase meio bilhão de reais, Deputado Betinho, a campanhas eleitorais. Como uma empresa pode doar meio bilhão de reais em um exercício...

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente, e o tempo?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY- Eu tenho tempo de liderança, tenho tempo de Relator, e tenho o tempo de inscrição, Deputado Givaldo Vieira. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço que sejam acrescido mais 3 minutos para o Deputado Alexandre Baldy. Há sobre a mesa um requerimento assinado pelo Deputado e Líder Carlos Sampaio designando S.Exa.



para utilizar o tempo destinado ao PSDB juntamente com o Deputado João Gualberto. Ele utilizou 4 minutos e V.Exa. tem direito a mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, quer dizer, nós temos indícios suficientes, Deputado Givaldo Vieira, para continuar o nosso trabalho para podermos passar a credibilidade que nós temos...

Nós não podemos questionar o trabalho do Presidente Marcos Rotta, que foi imparcial, que é imparcial, que não seguiu a pauta do Governo ou a pauta da Oposição.

Nós tivemos dificuldades homéricas para aprovar um requerimento de convocação do Sr. Bumlai. Qual foi o problema? Qual era a preocupação por parte da base do Governo? Absolutamente, nenhum! O Governo não permite que esta CPI caminhe; o Governo não permite que ela evolua. Porque está lá, nas delações premiadas, e V.Exas. irão averiguar, os recursos que foram utilizados pelo BNDES e que são motivo de pagamento de propina. E, agora, nós não podemos ter, também, as doações eleitorais, que foram oriundas do BNDES, que não foram oriundas de recursos de financiamentos ou de compra de participação do BNDES? Também podemos. E isso nós temos de investigar.

É fundamental que esta CPI possa ter mais prazo, porque há todos os indícios suficientes e necessários para que nós possamos entender a extensão do prejuízo da aplicação dos recursos do Banco. Esse relatório do TCU não foi à toa. É um procurador do Tribunal de Contas, é um procurador federal que está lá prestando seus serviços. E nós queremos ouvi-lo para que ele possa nos esclarecer qual é o motivo do seu relatório. Foi voto de um ministro do Tribunal de Contas. Nós não podemos questionar aqui um órgão que assessora a nossa Casa para exercer a sua função, o seu trabalho, porque emitiu um relatório, e foi voto do Ministro que disse que o BNDES teve prejuízo na aplicação desse recurso.

Então, nós temos aqui um trabalho sério, um trabalho correto, e agora nós temos que continuar essas investigações. Nós temos que dar transparência ao Banco, principalmente daqui por diante. Há pessoas que se beneficiam desse esquema que já está escancarado, pois já há motivos de prisões acima de qualquer



mensalão, já há motivo de um *impeachment*, já há motivo para o povo ir às ruas para buscar o fim desse Governo.

Nós queremos que o BNDES seja um banco limpo, seja um banco econômico e social. No meu Estado, ele não foi um banco social; no seu Estado, Sr. Presidente, ele não é um banco social. Setenta por cento dos recursos do BNDES são aplicados do Sul e Sudeste. Então, queremos o quê? Que ele seja um banco que atue de forma estratégica, o que é importante, mas com visão econômica e social.

Por que o BNDESPAR tem que comprar participações em supercampeãs como uma empresa de telecomunicações? Qual foi o motivador dessa escolha? Nós hoje vendemos essa empresa para um *player* internacional. Quer dizer, nós temos que colocar regras para que o Banco possa funcionar.

Não é à toa que lá no Senado, esses dias, colocaram na pauta um projeto de um Senador para que o Senado possa atuar sobre os empréstimos internacionais. Por quê? Porque os empréstimos que foram para Cuba, para a Venezuela, para a Argentina e outros países também são motivo de indícios de tráfico de influência, de benefícios pessoais ao ex-Presidente Lula. Cadê as palestras do ex-Presidente? Por que elas cessaram depois da Lava-Jato, Deputado Betinho Gomes? O que aconteceu? O mercado de palestras parou? Ou o mundo não se interessa mais?

O SR. DEPUTADO GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente, e o tempo?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, eu agradeço, Sr. Presidente, e parabênizo o seu esforço, sua dedicação e o seu trabalho. Agradeço pela participação ao depoente, por ter falado.

Eu não vejo sobre o que questioná-lo, Sr. Pedro Barusco, mas questiono a atuação nesse escárnio que foi realizado pelo Governo Federal com o dinheiro público, que é do povo. Nós representamos o povo nesta Casa, e é com o povo que nós temos que nos preocupar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Baldy. Comungo da opinião e do posicionamento de V.Exa.

Eu consulto o Sr. Pedro Barusco se gostaria de utilizar um tempo para suas considerações finais.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu só queria agradecer o tratamento e dizer que eu tento colaborar, mas, quando eu realmente não sei o



assunto, aí fica... Infelizmente, o BNDES está muito longe da minha atuação. Então, peço desculpas se não pude esclarecer muito e colaborar bastante. Mas, de qualquer forma, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. e agradeço a presença ao Dr. Armando.

Informo a V.Exas. que, neste momento, nós estamos protocolando junto à Secretaria da Presidência desta Casa uma solicitação oficial, em nome da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de prorrogação por mais 60 dias dos nossos trabalhos. O Deputado Betinho e o Deputado Baldy também vão se movimentar nessa linha, solicitando o apoio das Lideranças. Vou reafirmar aqui...

Dispensar V.Sa. do compromisso de estar aqui. Muito obrigado.

Vou reafirmar aqui o meu compromisso pessoal, a minha visão pessoal com relação à necessidade que nós temos de estipular um prazo maior, Deputado Bacelar, para podermos finalizar de forma tranquila e serena os trabalhos desta Comissão, sem qualquer tipo de atropelamento.

Respeito, como democrata que sou, o posicionamento da maioria dos Líderes partidários. Porém, como democrata que sou, também posso discordar do posicionamento das Lideranças.

Nós queremos isonomia, ter o mesmo tratamento, não ser tratados de forma diferenciada, como estamos sendo neste momento. Não queremos sofrer discriminação, inclusive, como estamos sofrendo neste momento. Penso não ser justo, nessa balança, que outras CPIs tenham um tratamento diferenciado do que é dado a esta CPI, talvez a mais emblemática e a mais difícil de prosseguir exatamente por conta da grande gama de informações, dos elementos que temos, das informações, dos contratos, dos dados.

Enfim, nós estamos trabalhando numa CPI eminentemente técnica, e nós, claro, com a sensibilidade que temos, estamos percebendo que precisamos de um tempo a mais. Então, nós vamos apelar à sensibilidade do Colégio de Líderes, apelar à sensibilidade do Presidente Eduardo Cunha para que possamos ter esse objetivo alcançado.

Tem a palavra o Deputado Bacelar.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu queria saber de V.Exa. qual a posição do Presidente Eduardo Cunha, porque há outras CPIs tramitando nesta Casa que estão se encerrando esta semana. Dia 4, salvo engano, era o prazo final de outras Comissões. Qual seria a posição do Presidente Eduardo? Há uma fila de Comissões importantes, de CPIs importantes que precisam ser instaladas, e o Brasil precisa saber qual seria a tramitação, qual seria a posição do Presidente Eduardo Cunha em relação a essas CPIs que estão na fila de espera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ontem, quando nós soubemos do requerimento de prorrogação por 15 dias, eu e outros componentes da CPI procuramos o Presidente Cunha, que disse que atendeu à solicitação dos Líderes partidários. Então, não passou por ele essa decisão da prorrogação por 15 dias.

Mas agora eu penso que nós estamos num outro cenário. Nós já prorrogamos a CPI por 15 dias, e eu não vejo problema algum em conseguirmos o mesmo objetivo que outras CPIs atingiram. Acho que o Presidente Cunha não colocará nenhum tipo de obstáculo com relação a isso porque, homem experiente que é, sabe que nós precisamos, sobretudo por ser a CPI do BNDES uma CPI técnica, de mais tempo para terminar os nossos trabalhos.

Agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, às assessorias e demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 8 de dezembro, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Está encerrada a reunião.